



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO 2025-2027



CÂMARA MUNICIPAL  
VIANA DO CASTELO



**PRR**  
Plano de Recuperação  
e Resiliência



REPÚBLICA  
PORTUGUESA



Financiado pela  
União Europeia  
NextGenerationEU

## FICHA TÉCNICA

---

### Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Viana do Castelo 2024

### Documento elaborado por:

Divisão de Coesão Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo  
Núcleo Executivo do CLAS de Viana do Castelo

### Colaboração

Rede Social de Viana do Castelo



### Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

27 de setembro de 2024

### Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Viana do Castelo



# Índice

Índice .....	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL .....	5
MENSAGEM DA VEREADORA DA COESÃO SOCIAL.....	6
NOTA INTRODUTÓRIA .....	7
1. REDE SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO .....	10
2. METODOLOGIA.....	12
3. SÍNTESE DIAGNÓSTICA .....	14
4. PLANO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO (2025-2027).....	23
4.4.1. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA .....	25
4.4.2. FAMÍLIAS E COMUNIDADE.....	27
4.4.3. INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	29
4.4.4. SETOR SOCIAL E INOVAÇÃO .....	30
5. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL .....	31
5.1. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	32
5.1.1 ENVELHECIMENTO .....	32
5.1.2 SAÚDE MENTAL.....	34
5.1.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE.....	37
5.2. FAMÍLIAS E COMUNIDADE .....	40
5.2.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO .....	40
5.2.2 MIGRANTES.....	43
5.2.3 HABITAÇÃO.....	46
5.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	49
5.4 SETOR SOCIAL E INOVAÇÃO.....	52
6. PLANOS DE AÇÃO.....	55
7. AVALIAÇÃO DO PDS DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO .....	74



# MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Viana do Castelo tem tido como prioridade, ao longo dos anos, a coesão social e territorial. Só investindo na coesão social podemos ter um concelho que promove a verdadeira igualdade de oportunidades, disponibilizando aos munícipes as mesmas valências, nas mais diversas áreas.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Viana do Castelo 2025-2028 é um dos produtos que o município elabora no âmbito do Programa Rede Social, definindo as linhas orientadoras para os próximos anos.

Enquanto autarca, tenho batalhado para criar um robusto ecossistema que garanta a coesão social, ambição verdadeiramente fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equilibrada. Para garantir essa coesão, temos de continuar a implementar políticas sociais que assegurem o acesso de todos os cidadãos a direitos básicos, como habitação, saúde, educação, serviços sociais, cultura ou desporto.

Em Viana do Castelo, temos trabalhado em conjunto para promover a coesão social e garantir que nenhum cidadão é deixado para trás. Só as políticas sociais adequadas têm o poder de reduzir a pobreza, a exclusão, a vulnerabilidade e marginalização.

É nesse sentido que desenvolvemos, com cuidado e minúcia, este Plano de Desenvolvimento Social do concelho, com o objetivo claro de promover a igualdade de oportunidades, de garantir o acesso a serviços básicos como saúde e a educação, de proteger os grupos mais vulneráveis da sociedade, de fortalecer o tecido social e promover a solidariedade, a empatia, a cooperação e a construção de redes de solidariedade entre os cidadãos.

Só através do apoio e ação mútua é que as comunidades se conseguem unir para enfrentar desafios comuns, combater as disparidades, construir um ambiente mais inclusivo e acolhedor e promover progresso para Viana e para os vianenses.

Este é um documento que reafirma a vontade de trabalhar com todos, para todos e por todos.

O Presidente da Câmara Municipal  
Luís Nobre

# MENSAGEM DA VEREADORA DA COESÃO SOCIAL

O Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Castelo resulta de um diagnóstico exímio da equipa do Município em parceria com as entidades integrantes da Rede Social.

O caminho percorrido até então foi marcado nos últimos anos por alguns momentos chave, nomeadamente a elaboração da Estratégia Local de Habitação do Município, a Transferência de Competências na Área da Ação Social e a forte aposta em políticas de acolhimento de população migrante, fenómeno em crescente evolução.

Com este Plano de Desenvolvimento Social pretendemos uma atualização face ao anterior, nomeadamente utilizando dados dos censos de 2021 e adaptando as novas ações aos atuais desafios no âmbito da coesão social.

A aposta em políticas sociais é clara, nas mais variadas vertentes, desde a saúde mental, às minorias ou até às crianças e jovens. Um documento curto e conciso que servirá de base de trabalho a novos projetos e candidaturas que se avizinham.

Não posso terminar sem agradecer a todos os que colaboraram para que este documento fosse concretizado.

Promover e garantir a coesão social é a nossa missão.

A Vereadora da Coesão Social  
Carlota Borges

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do concelho de Viana do Castelo constitui-se, à semelhança do Diagnóstico Social, como um dos instrumentos fundamentais desenvolvidos no âmbito do Programa da Rede Social, estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro.

Este programa visa, essencialmente, fomentar a solidariedade social, fortalecendo as diversas capacidades de resposta das entidades parceiras envolvidas e ajustar novas medidas e políticas sociais que respondam, de forma eficaz, às vulnerabilidades sociais da população vianense. Um dos princípios orientadores desta abordagem consiste na promoção de uma intervenção eficiente, assegurando uma gestão otimizada dos recursos existentes e a criação de novas e inovadoras respostas sociais.

Neste contexto, o PDS desempenha um papel crucial ao promover a implementação e operacionalização de projetos de intervenção social no concelho, baseando-se na congregação de esforços e na gestão eficiente dos recursos e competências das organizações locais. Os projetos locais, delineados no âmbito deste plano, constituem-se como respostas estruturadas e estratégicas que visam enfrentar os desafios e problemas sociais identificados no Diagnóstico Social, permitindo a harmonização e coordenação das intervenções a serem executadas.

Para além de traduzir uma definição conjunta e partilhada de objetivos prioritários para o desenvolvimento social local, o PDS é, por si só, um instrumento de planeamento estratégico. De maneira que estão delineadas as etapas e estratégias a serem implementadas, em concertação com as necessidades identificadas pelos diversos agentes locais, prevendo, por isso, processos de mudança destinados a melhorar as condições de vida e a promoção do bem-estar dos vianenses. A implementação deste plano reflete uma visão integrada e participativa, garantindo que todas as iniciativas resultem em respostas adequadas aos desafios específicos e às constantes mudanças da sociedade.

Este plano terá vigência para o período de 2025-2027, sendo, contudo, um instrumento de ação dinâmico, em virtude das constantes transformações da realidade social, prevendo-se a realização de adaptações e atualizações sempre que tal se revele necessário, de modo a assegurar que as ações propostas mantenham a sua relevância e eficácia perante os desafios emergentes.

A definição do plano estratégico do concelho para o período de 2025-2027, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, permitirá alcançar os seguintes objetivos:

- ▶ Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes uma coerência estratégica que assegure a maximização dos resultados;
- ▶ Reforçar a articulação entre as políticas locais, regionais e nacionais, potenciando o estabelecimento de cooperações, conseguindo, pelo exposto, ganhos de eficácia e eficiência na sua implementação;
- ▶ Fortalecer e expandir as parcerias locais, entre os diversos agentes e organizações que operam no concelho, com o objetivo de gerar maior impacto na intervenção social do concelho;
- ▶ Dotar o território e os agentes com um instrumento de planeamento robusto e útil, capaz de enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas, garantindo a sustentabilidade e expansão das iniciativas sociais.

Para além das estratégias de intervenção local, este plano incorpora a visão subjacente à Estratégia do Quadro Comunitário Portugal 2030, alinhando-se com os objetivos europeus e nacionais para a próxima década. Esta integração estratégica, visa maximizar o impacto das políticas de coesão social, assegurando que o concelho de Viana do Castelo beneficia dos recursos e oportunidades de financiamento previstos no atual quadro comunitário.

Outro projeto de relevo, incluído no PDS, é o Radar Social, uma iniciativa que visa a sinalização, acompanhamento e monitorização contínua das vulnerabilidades sociais no território. Este projeto será fundamental para a identificação precoce de situações de risco e exclusão social, permitindo intervenções mais rápidas e eficazes. O Radar Social é parte integrante de uma abordagem mais preventiva e pró-ativa, reforçando a capacidade das entidades locais responderem de forma célere às necessidades emergentes.

O presente documento organiza-se em cinco capítulos estruturantes, o primeiro capítulo faz uma caracterização detalhada da Rede Social e do âmbito da atuação das entidades parceiras que integram este programa. O segundo capítulo apresenta o processo metodológico seguido na construção deste documento, evidenciando os critérios e as fases de desenvolvimento. O terceiro capítulo aborda as vulnerabilidades sociais identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social. O quarto capítulo explora as áreas prioritárias de intervenção e define as respetivas medidas estratégicas a implementar. Por fim, o quinto capítulo é dedicado à implementação e avaliação do Plano,

estabelecendo os mecanismos de monitorização e avaliação contínua, assegurando que os objetivos propostos sejam alcançados e que as ações adotadas produzam os resultados esperados.

# 1. REDE SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A Rede Social do concelho de Viana do Castelo materializa-se através de uma estrutura composta pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), o Núcleo Executivo, os Grupos de Trabalho Temáticos e as Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Comissões Sociais Inter-Freguesia (CSIF). Esta rede tem por base uma plataforma de governação participada, que procura mecanismos de resposta às necessidades sociais, no combate à exclusão e à pobreza, através da cooperação entre as várias entidades públicas e privadas de Viana do Castelo.

O CLAS de Viana do Castelo foi constituído em 2004, no seguimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e das suas subseqüentes alterações, nomeadamente pela Declaração de Retificação n.º 10-0/98 e o Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho.

Este conselho tem como função primordial a articulação entre os vários parceiros locais, atualmente, onde, atualmente, integram cerca de 151 entidades que constituem total do CLAS de Viana do Castelo. A sua representação é composta por instituições de solidariedade social IPSS, juntas de freguesia, serviços de saúde, serviços de educação, instituto de segurança social, serviço público de emprego nacional, entre outros agentes locais que, juntos, procuram implementar respostas mais eficazes e integradas para os problemas sociais identificados de Viana do Castelo.

A estrutura da Rede Social em Viana do Castelo não se limita apenas ao CLAS. As CSF e CSIF desempenham um papel crucial na descentralização da ação social, garantindo que as freguesias possam adaptar as respostas sociais às suas realidades específicas. Estas comissões têm um conhecimento profundo das necessidades locais, assegurando uma intervenção mais ágil e próxima das populações, em especial nas áreas mais vulneráveis.

Em termos operacionais, o Núcleo Executivo do CLAS tem um papel coordenador, e também responsável por dinamizar os Grupos de Trabalho Temáticos, que têm como objetivo, o desenvolvimento de estudos e planeamento de intervenções em áreas prioritárias como a saúde, educação, apoio à infância e juventude, entre outros setores fundamentais.

A Rede Social de Viana do Castelo assume um compromisso de se adaptar às transformações socioeconómicas e demográficas, revendo as suas prioridades e ajustando os seus instrumentos de planeamento, de acordo com as novas realidades.

Esta abordagem de planeamento e de intervenção social territorializada e descentralizada promove e reforça o envolvimento ativo dos diversos agentes na solução de problemas, criando uma rede de apoio social que contribui para a inclusão social e para o desenvolvimento harmonioso do concelho de Viana do Castelo.



# 1. METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Castelo, surge em sequência da elaboração do Diagnóstico Social de Viana do Castelo 2024, sendo ambos parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio.

Tal como preconizado no Programa da Rede Social, o presente PDS desenvolve-se a partir do Diagnóstico Social elaborado, tendo assim como base as prioridades e linhas estratégicas de intervenção local definidas nesse documento.

Nesta linha, a metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Castelo foi concebida e executada, à semelhança da metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico Social, tendo por base foi dois tipos de informação diferenciada e complementares entre si. Primeiramente, os dados estatísticos oficiais, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento, e depois os contributos dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social.

É já reconhecido, no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no concelho de Viana do Castelo, que é através de processos de articulação e partilha entre as entidades e os parceiros sociais, que melhor se identificam as necessidades e dimensões dos problemas sociais existentes no território, como também se equacionam as soluções que melhor poderão responder aos mesmos.

Assim, o processo de construção do PDS incidiu numa dinâmica de participação com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social. Foram promovidas 10 reuniões dos grupos de trabalho temáticos e recolhidas 42 respostas ao inquérito por questionário.

Tendo como ponto de partida as áreas identificadas no Diagnóstico Social como prioridades de intervenção e os problemas/necessidades associados às mesmas, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ações em áreas consideradas prioritárias de intervenção social. Também foi reforçada a dimensão estratégica do PDS, tendo sido definidos objetivos para cada área prioritária, medidas a implementar e resultados esperados.

A dimensão de monitorização e avaliação também se encontra contemplada através da definição dos indicadores de realização para cada medida/ação prioritária.

---

## Diagnóstico Social de Viana do Castelo 2024



Grupos de trabalho  
temáticos do CLAS,  
para identificação de  
problemas  
e necessidades



Questionário dirigido a  
entidades da Rede Social  
para recolha de dados



Grupos de trabalho  
temáticos do CLAS, para  
identificação de áreas  
prioritárias de intervenção e  
definição de propostas de  
medidas

## Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Castelo 2025-2027

## 3. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

O presente capítulo apresenta a síntese do diagnóstico social de Viana do Castelo, que permitiu identificar padrões, tendências e necessidades que servirão de base para o planeamento estratégico das medidas a implementar no PDS, garantindo uma intervenção social mais eficaz e direcionada às vulnerabilidades sociais identificadas no território vianense. Este instrumento possibilita uma visão global das problemáticas sociais identificadas no concelho, com especial destaque nas várias áreas consideradas prioritárias.

### QUADRO SÍNTESE – FAMÍLIAS

---

A situação das famílias foi objeto de estudo, com particular atenção às prestações sociais atribuídas pela Segurança Social e às medidas disponibilizadas de ação social municipal. Estes apoios têm tido um papel fundamental na mitigação da pobreza e exclusão social, oferecendo uma rede de segurança às famílias mais vulneráveis.

1. No que toca às prestações sociais da Segurança Social, o valor médio anual, em 2022, atribuído das pensões de invalidez em Viana do Castelo (5682€) foi superior à região norte e inferior à média nacional, em relação à pensão de velhice (6265€) Viana do Castelo teve resultados inferiores à média da região norte, mas superior à média portuguesa e no que respeita à pensão de sobrevivência (3298€), em Viana do Castelo foi inferior à média regional e à média nacional.
2. Em 2022, o concelho de Viana do Castelo registou um total 145669 de pensionistas, dos quais, 9825 indivíduos auferiam a pensão de invalidez, 115525 auferiam a pensão de velhice e 20319 receberam a pensão de sobrevivência.
3. Relativamente aos subsídios de desemprego em 2022, Viana do Castelo, contabilizava 2623 indivíduos a receber este apoio, a maioria do sexo masculino. Destaca-se ainda que 28% dos beneficiários têm idades inferior a 25 anos, 25% dos beneficiários têm idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos de idade, 20% com idades compreendidas entre os 25 e 29 anos de idade, refletindo uma concentração significativa de desempregados em faixas etárias ativas e com maior predisposição e capacidade para o trabalho. O valor médio do subsídio de desemprego (anual) foi de 2718€, superior à média regional.

4. No que diz respeito ao subsídio de doença, Viana do Castelo, em 2022, registou 7669 pessoas, processando um total de 565.479 dias de apoio. O valor médio do subsídio de doença no concelho (1437€) foi o mais elevado da Região do Alto Minho.
5. Quanto às prestações familiares, o concelho identificou 6260 crianças apoiadas, no que se refere ao abono de família para crianças e jovens, correspondendo a 36% do valor total processado para esta prestação na Região do Alto Minho. O subsídio por assistência de 3ª pessoa foi atribuído a 93 pessoas, e o subsídio de funeral beneficiou 108 pessoas em Viana do Castelo.
6. O subsídio parental inicial, em 2022, registou 1315 beneficiários, com um valor processado de 2931 mil euros, sendo as mulheres a principal faixa beneficiada, refletindo as diferenças de género na atribuição de apoios.
7. Em relação ao Complemento Solidário para Idosos (CSI), o concelho contava com 4992 beneficiários em 2023, dos quais 75% (3742) eram mulheres, demonstrando a relevância deste apoio para a população idosa.
8. No que respeita à atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI), o Município de Viana do Castelo, no âmbito das transferências de competências sociais, regista, atualmente, o apoio a 490 agregados familiares, dos quais se inserem 411 crianças.
9. No âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social (AAS), o Município de Viana do Castelo apoia cerca de 907 agregados familiares, onde se integram cerca de 410 crianças.
10. No que se refere ao apoio da atribuição da ação escolar, foram registados no último ano letivo de 2023/2024, a atribuição do escalão A, a cerca de 489 crianças e 583 crianças usufruíram do escalão B.
11. Relativamente aos apoios pecuniários, destaca-se a importância do apoio alimentar direto a 500 famílias que mensalmente recebem o cabaz alimentar, no âmbito do programa POAPMC.

#### QUADRO SÍNTESE – CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

---

Outro grupo prioritário abordado no diagnóstico social foram as crianças e jovens em perigo, de onde se registam os dados da CPCJ e por fim, enfatizou-se o fenómeno do *bullying*, pelo facto de haver níveis de incidência preocupantes no concelho de Viana do

Castelo. Este tema revela-se crucial no contexto atual, dado o impacto negativo deste tipo de violência na saúde mental e no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

1. Desde 2021, o volume de processos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Viana do Castelo tem vindo a aumentar, sendo que, no ano de 2023, foram registados 483 processos. A maioria dos casos envolve crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos.

2. Em 2023, a Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico (EMAT) de Viana do Castelo acompanhou 310 crianças e jovens em situações de vulnerabilidade ou risco.

3. No mesmo ano, 62 crianças e jovens encontravam-se em acolhimento institucional, evidenciando a necessidade de intervenção contínua para proteção e cuidados.

4. A análise dos dados sobre situações de vulnerabilidade infantil e juvenil de 2019 a 2023 revela várias tendências importantes, no entanto se analisarmos os dados apenas desde 2021, verifica-se o seguinte, em termos de CJACABED, observa-se um aumento significativo em 2021, com 81 casos, seguido por uma diminuição nos anos seguintes, atingindo 55 casos em 2023. Este padrão pode indicar um aumento da conscientização ou da capacidade de identificação de casos, seguido por um ligeiro abrandamento ou maior eficácia nas intervenções. A violência doméstica também apresentou um pico em 2021 (120 casos), estabilizando em 2022 e 2023, embora ainda em níveis elevados (56 casos). Já as outras situações de perigo mantiveram-se relativamente estáveis ao longo dos anos. A negligência apresenta em 2021, um resultado preocupante de 90 casos, estabilizando em 2022 (42 casos) e 2023 (46 casos). A problemática do absentismo e abandono escolar viu um aumento em 2021, com 85 casos, subindo de forma preocupante face aos anos anteriores. No entanto, em 2022 e 2023, há uma estabilização nos números, embora os 72 casos em 2023 ainda sejam altos. As problemáticas de maus-tratos e abuso sexual tiveram picos notáveis em 2021, com os maus-tratos, com 38 casos e o abuso/aliciamento sexual com 8 casos. Contudo, registou-se uma queda em 2022 e 2023, sugerindo uma possível melhoria nas medidas preventivas ou na resposta a estas situações.

5. Entre 2020-2022, o número de sinalizações de *bullying* registadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) cresceu 181%, segundo as estatísticas de 2023.

6. Em 81,7% dos casos, o *bullying* ocorreu em contexto escolar, sendo que, na maioria das vezes, os comportamentos ocorreram durante o período do recreio. Em 70,9% dos casos de *bullying*, o agressor frequentava a mesma turma que a vítima. As agressões

verbais foram o tipo de violência mais frequente, correspondendo a 37,8% dos casos, seguidas pela violência física, que representou 32,7%.

7. No concelho de Viana do Castelo, embora não haja um diagnóstico formal sobre o problema, os agrupamentos escolares e parceiros sociais reportam o aumento de sinalizações relacionadas com *bullying* às autoridades policiais e à CPCJ.

## QUADRO SÍNTESE – IDOSOS

---

No que diz respeito aos idosos, o diagnóstico analisa as condições de vida e o acesso aos serviços de apoio social. Esta faixa etária, muitas vezes afetada pelo isolamento, solidão e fragilidade física, constitui um grupo de particular atenção.

1. Em 2023, Portugal era o terceiro país da UE com maior percentagem de pessoas idosas (31,1%), superado apenas pelo Mónaco (43,7%) e por Itália (31,4%).

2. No concelho de Viana do Castelo, entre 2001 e 2021, o número de residentes com 65 ou mais anos aumentou gradualmente. Em 2023, eram 21498 pessoas nesta faixa etária.

3. Os dados do Censos 2021 mostram uma clara diferença na distribuição de idosos por sexo. O número de mulheres idosas residentes no concelho de Viana do Castelo era superior ao de homens. Este fenómeno é comum, uma vez que as mulheres, em média, tendem a viver mais do que os homens. Na faixa etária dos 65-74 anos, havia uma maior proporção de homens, contudo, a partir dos 75 anos, as mulheres tornaram-se maioria, o que reflete a maior longevidade feminina. O aumento foi particularmente notável entre as pessoas com mais de 85 anos, cujo número superou na faixa etária de 80-84 anos em 2021 (3166 face às 3121 pessoas).

4. No mesmo ano, 25,06% da população de Viana do Castelo tinha mais de 65 anos, com a freguesia de Montaria apresentando a maior percentagem de idosos (44%) e Chafé a menor (17,78%).

5. O Índice de Dependência de Idosos e o Índice de Envelhecimento têm vindo a aumentar desde 2011. Em 2023, Viana do Castelo registou um Índice de Dependência de 43%, superior ao nacional (38,2%) e à Região Norte (37,1%). Em 2021, 17,84% das pessoas com 65+ anos em Viana do Castelo viviam sozinhas (3836 pessoas), das quais 72,39% eram mulheres.

6. Para responder às necessidades desta população crescente, o concelho de Viana do Castelo oferece uma série de respostas sociais, tanto através da rede solidária como da rede privada. Estas incluem Centros de Convívio, Centros de Dia, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviços de Apoio Domiciliário (SAD). A capacidade total dos serviços disponíveis no concelho é de 2.356 lugares, com uma taxa de ocupação média de 70,3% na rede solidária e 44,2% na rede privada. No entanto, as ERPI (estruturas residenciais) estão quase a atingir a sua capacidade máxima, com uma taxa de ocupação de 99,6%.

7. Para além das respostas sociais, o município tem promovido projetos destinados a melhorar a qualidade de vida dos idosos. O programa “Vencer a Idade com Saúde”, que oferece atividades como hidroginástica e ginástica, contou com 1.188 inscritos em 2023/2024. O projeto “*Olimpics4All*”, que visa incentivar a atividade física regular entre os idosos, registou a participação de 51 pessoas em 2023. Ambos os programas têm como objetivo promover a saúde física e mental dos idosos, ajudando a combater o isolamento social e melhorar a sua qualidade de vida.

#### QUADRO SÍNTESE – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

---

Também foi dada especial atenção às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, analisando-se os desafios que enfrentam no acesso aos serviços e oportunidades de integração social, nomeadamente no mercado de trabalho e na educação em Viana do Castelo.

1. Em 2021, registraram-se aproximadamente 16309 residentes no concelho de Viana do Castelo que apresentavam pelo menos uma dificuldade, sendo 8432 do sexo feminino e 7877 do sexo masculino, o que representa 17,48% da população do concelho de Viana do Castelo.

2. A tipologia de dificuldades que frequentemente são mais relatadas incluem, a mobilidade (como a capacidade de andar ou subir degraus), visão e memória ou concentração.

3. As questões relacionadas ao autocuidado (como a capacidade de tomar banho ou vestir-se de forma independente), a mobilidade (andar ou subir degraus) e a memória e concentração foram as mais frequentemente mencionadas como impossíveis de serem executadas pelos indivíduos que as sinalizam.

4. Em 2021, a esmagadora maioria dos indivíduos que relataram ter pelo menos uma dificuldade estava aposentada, representando 48,52% do total deste tipo de população.
5. No concelho de Viana do Castelo, existiam 922 crianças, com idades entre 0 e 14 anos, que apresentavam pelo menos uma dificuldade identificada em 2021.

#### QUADRO SÍNTESE – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

---

O Diagnóstico Social de Viana do Castelo aborda ainda a situação das pessoas em situação de sem-abrigo, destacando os desafios que estes indivíduos enfrentam, mas também as barreiras que os técnicos enfrentam no dia a dia com esta população.

1. O Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) de Viana do Castelo foi criado em 21 de julho de 2021 como uma parceria interinstitucional, coordenada pela Câmara Municipal e composta por entidades públicas e privadas, visando a intervenção junto da população em situação de sem-abrigo.

2. Em 2023 foram identificadas 38 pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Viana do Castelo, das quais 12 estavam "sem casa" e 26 "sem teto", todas acompanhadas pelos serviços sociais, realçando o facto de enfrentarem problemas relacionados a saúde mental.

3. O perfil das pessoas identificadas revela uma predominância do sexo masculino, com idades entre 45 e 64 anos, a maioria divorciada, desempregada e com baixa escolaridade.

4. Em janeiro de 2021, o Município de Viana do Castelo criou uma Unidade de Pernoita com capacidade para oito pessoas, uma solução temporária que integra um projeto para uma nova Unidade de Pernoita dentro da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT).

#### QUADRO SÍNTESE – MINORIAS

---

No que respeita às minorias, nomeadamente comunidade cigana e migrantes, é certo que estão por vezes em situação de vulnerabilidade social e económica, tornando fundamental a implementação de políticas inclusivas que promovam a igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade.

## ETNIA CIGANA

1. Os dados mais recentes, indicam que existem aproximadamente 674 cidadãos ciganos no concelho, o que representa 0,79% da população total residente. Apesar de esta percentagem ser relativamente baixa, as especificidades culturais e sociais deste grupo justificam uma análise aprofundada e individualizada, considerando os desafios únicos que enfrentam em sua vida quotidiana.

2. A análise relativa à faixa etária da população cigana demonstra que é predominantemente jovem, com 64% dos ciganos residentes a fixar-se na faixa etária até 30 anos. Entre as idades mais representativas, a faixa etária de 0 a 18 anos constitui 42,9% da população cigana, o que sugere uma alta taxa de natalidade e um potencial significativo para a educação e o desenvolvimento social. Este dado é crucial, pois indica não apenas a vitalidade da comunidade, mas também a necessidade de políticas direcionadas à educação e ao emprego juvenil, a fim de maximizar as oportunidades para esta faixa etária e minimizar a exclusão social.

3. Em relação à situação educacional, a análise revela que uma parte significativa do grupo de etnia cigana possui apenas o 1º e o 2º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Esta limitação é frequentemente associada a um ciclo de exclusão e pobreza.

4. No que diz respeito ao emprego, a taxa de desemprego entre os ciganos é alta, alcançando cerca de 46%, o que reflete não apenas a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mas também questões mais profundas relacionadas a preconceitos e estigmas.

5. Em relação à habitação, a maioria dos cidadãos ciganos reside em habitação social, totalizando 232 indivíduos, enquanto que 186 indivíduos ainda vivem em estruturas de abarracados. Esta situação é precária, limita o acesso às condições de vida adequadas, como também agrava as vulnerabilidades sociais da comunidade.

## MIGRANTES

1. A população estrangeira no distrito de Viana do Castelo apresentou um crescimento significativo ao longo dos anos. Em 2014, o número de estrangeiros era de 2864, enquanto em 2021 esse número subiu para 7505, representando um aumento de aproximadamente 162%. Este crescimento acentuado destaca a crescente relevância da imigração na composição demográfica da região.

2. Em 2023, Viana do Castelo destacava-se como o concelho da Região do Alto Minho com o maior saldo migratório positivo, atingindo um total de +822, o que representa o valor mais elevado observado nos últimos anos. Viana do Castelo é o município com o maior número total de habitantes não nacionais, representando, em 2021, cerca de 40% do total de estrangeiros no distrito.
3. Em 2021, 46,9% da população estrangeira residente no concelho era proveniente do Brasil, seguido por migrantes de Espanha (5,5%), Itália (5,3%) e França (4,9%).
4. A concentração de migrantes em Viana do Castelo é visível na União de Freguesias de Viana do Castelo, onde residiam, em 2021, 1280 migrantes. A freguesia de Chafé destacou-se com a maior percentagem de residentes naturais de países estrangeiros em relação à população total, atingindo 6,82%.
5. Quanto à faixa etária da população estrangeira, em 2021, a maioria pertencia ao grupo etário entre os 15 e 64 anos, totalizando 1950 indivíduos, o que representava aproximadamente 78,3% da população estrangeira.
6. Na área da educação, durante o ano letivo de 2023/2024, estavam matriculados 1431 alunos migrantes nos sete agrupamentos de escolas do concelho, com 34,38% destes alunos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico.
7. No ano letivo de 2022/2023, 467 migrantes estavam inscritos no ensino superior em Viana do Castelo, representando 13,21% do número total de inscritos. Este aumento de 7,51 pontos percentuais em relação ao ano letivo de 2016/2017.

#### VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS

1. Em 2023, o Distrito de Viana do Castelo registou 633 denúncias de violência doméstica (VD), uma diminuição de 4,5% em relação a 2022, mas ainda superior aos anos anteriores. A maioria das vítimas (69,3%) são mulheres, com 61,4% com 25 anos ou mais. Quanto aos denunciados, 78,9% são homens, e 88,7% têm 25 anos ou mais.
2. Aproximadamente 27,6% das vítimas são cônjuges ou companheiros, e 27% são filhos ou enteados. Em 2021, cerca de 205 ocorrências de VD foram presenciadas por menores.
3. O NAVVD atendeu 445 vítimas em 2023, sendo o número crescente ao longo dos anos. O acordo de cooperação atual é insuficiente, pois prevê atendimento de 25 vítimas

mensalmente, enquanto o NAVVD atende, em média, mais de 60 vítimas adultas e 20 crianças por mês.

4. O aumento do consumo de canábis e álcool entre jovens é preocupante, e, em 2017, 44,3% dos jovens apresentaram consumo atual de SPA.

5. Em 2023, o CRI tinha 345 utentes em tratamento, com 122 a utilizar metadona. A Unidade de Apoio na Toxicodependência (UAT) atendeu 51 indivíduos, mostrando a necessidade de intervenções específicas para combater estas problemáticas.

## 4. PLANO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO (2025-2027)

O Plano Estratégico de Intervenção Social do concelho de Viana do Castelo foi elaborado através dos contributos dos parceiros sociais, que mediante uma abordagem participativa apontaram linhas estratégicas, bem como medidas e ações que, a curto, médio e longo prazo irão contribuir para a resolução e/ou mitigação dos problemas identificados como prioritários de intervenção social no concelho.

É importante destacar que as linhas estratégicas e as suas medidas se encontram enquadradas nas políticas locais, bem como nas estratégicas definidas a nível supranacional, nacional e regional para as áreas em questão. Este enquadramento com as orientações estratégicas existentes confere ao presente Plano a coerência e concertação da sua ação, aos níveis supramencionados.

Para a construção do Plano Estratégico de Intervenção Social foram tidos em consideração os seguintes documentos estratégicos:

### 4.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

São 17 ODS que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global.

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



### 4.2 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030

Programa que assenta em eixos estratégicos com vista ao desenvolvimento económico e social do país durante a próxima década. Representa um referencial estratégico para os vários instrumentos de política, como sejam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) de apoio 2021-2027, de modo a responder adequadamente aos desafios globais que se perspetivam.

Estruturada em 4 agendas temáticas:

- ▶ As pessoas primeiro – um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- ▶ Inovação, digitalização e qualificações como motores do desenvolvimento;
- ▶ Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- ▶ Um país competitivo externamente e coeso internamente.

### 4.3 PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

Programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa, ao longo da próxima década.

O plano propõe uma intervenção em três dimensões distintas: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. Estas dimensões são concretizadas através de 20 componentes que, por sua vez, integram a execução de vários investimentos e reformas.

## 4.4 PLANOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO POR ÁREA PRIORITÁRIA

Neste ponto apresentam-se os planos estratégicos a nível nacional e internacional atualmente em vigor, nos quais se sustentam os programas e objetivos delineados para cada área de intervenção social considerada prioritária no Diagnóstico Social de Viana do Castelo de 2024.

### 4.4.1. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

	Documento	Operacionalização
Saúde	Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial 2022-2030	Apresenta três prioridades fundamentais interrelacionadas para fazer face aos desafios globais em matéria de saúde: i) melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas ao longo da vida; ii) reforçar os sistemas de saúde e promover a cobertura universal dos serviços de saúde; iii) prevenir e combater as ameaças para a saúde, incluindo as pandemias, aplicando uma abordagem "Uma Só Saúde".
	Linhas de ação estratégica para a Saúde Mental e o Bem-Estar na Europa	Os objetivos definidos por estas linhas de ação estratégica são os seguintes:  i) Garantir a implementação eficaz e sustentável de políticas, contribuindo para a promoção da saúde mental e para a prevenção e tratamento das doenças mentais; ii) Desenvolver a promoção da saúde mental e os programas de prevenção e intervenção precoce, através da integração da saúde mental em todas as políticas e de uma cooperação entre vários sectores; iii) Garantir a transição para um tratamento abrangente e para cuidados na comunidade de elevada qualidade, acessíveis a todos, com ênfase na disponibilização dos cuidados de saúde mental para todas as pessoas com doenças mentais, na coordenação dos cuidados de saúde e sociais para pessoas com doenças mentais mais graves, bem como cuidados integrados para pessoas com doenças mentais e físicas; iv) Fortalecer o conhecimento baseado na evidência científica e a partilha de boas práticas na saúde mental; v) Criar parcerias para o progresso.
	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental (2023)	A presente comunicação constitui o início de uma nova abordagem estratégica à saúde mental, de natureza intersectorial, que vai além da política de saúde. Centra-se na forma de prestar apoio às pessoas que sofrem de problemas de saúde mental e nas políticas de prevenção. Baseia-se em três princípios orientadores que devem ser aplicados a todos os cidadãos da UE: i) ter acesso a uma prevenção adequada e eficaz, ii) ter acesso a tratamentos e cuidados de saúde mental de elevada qualidade e a preços comportáveis, e iii) ser capaz de se reintegrar na sociedade após a recuperação.

	Plano Nacional de Saúde 2030	Tem por finalidade melhorar a saúde e o bem-estar da população em todo o ciclo de vida, através de um compromisso social para a saúde sem deixar ninguém para trás, preservando o planeta e sem comprometer a saúde das gerações futuras. Assente num conjunto de valores e princípios: participação, sustentabilidade, transparência, equidade e centralidade nas pessoas.
	Lei de Saúde Mental 2023	Aprovada a nova lei em julho de 2023, assente em cinco pontos essenciais: i) Internamento involuntário: Só pode ocorrer em casos de risco grave e iminente, com revisões periódicas e como último recurso; ii) Proteção dos direitos humanos: A lei prioriza o respeito à dignidade, o consentimento informado e a redução de medidas coercivas, como contenção física; iii) Tratamento comunitário: Incentiva a desinstitucionalização, promovendo cuidados em ambientes comunitários, fora do hospital; iv) Apoio a cuidadores: Reconhece a importância de apoiar familiares e cuidadores, garantindo-lhes formação e recursos; v) Acesso equitativo: Garante cuidados de saúde mental acessíveis e integrados, com melhor coordenação entre serviços de saúde e serviços sociais.
<b>Envelhecimento</b>	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	Conjunto de linhas orientadoras da ação e medidas estruturadas em quatro Eixos Estratégicos (Saúde, Participação, Segurança e Medição, Monitorização e Investigação). Destaque para a prossecução das orientações contidas no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas e possível adesão à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.
	Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas	Apresenta um conjunto de recomendações enquadradas em três grandes estratégias de intervenção: i) Envelhecimento ativo; ii) Organização e prestação de cuidados de saúde e iii) Promoção de ambientes facilitadores da autonomia e independência.
	Plano de ação de envelhecimento ativo e saudável 2023-2026	Contempla 83 medidas e 135 atividades, assentes em seis grandes pilares: i) Saúde e bem-estar; ii) Autonomia e vida independente; iii) Desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida; iv) Vida laboral saudável ao longo do ciclo de vida; v) Rendimentos e economia do envelhecimento e vi) Participação na sociedade.
<b>Deficiência</b>	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	Encontra-se estruturado em oito eixos estratégicos: i) Cidadania, igualdade e não discriminação; ii) Promoção de um ambiente inclusivo; iii) Educação e qualificação; iv) Trabalho, emprego e formação profissional; v) Promoção da autonomia e vida independente; vi) Medidas, serviços e apoios sociais; vii) Cultura, desporto, turismo e lazer e viii) Conhecimento, investigação, inovação e desenvolvimento.

#### 4.4.2. FAMÍLIAS E COMUNIDADE

	Documento	Operacionalização
<b>Pobreza</b>	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP) terá dois planos de ação com dois horizontes temporais diferentes para a concretizar (2022-2025 e 2026-2030). Os eixos de intervenção estão organizados em seis dimensões: reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias; promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza; potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza; reforçar as políticas públicas de inclusão social e promover e melhorar a integração societal e a proteção social de pessoas e grupos mais desfavorecidos; assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local e, por último, fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.
<b>Igualdade e não discriminação</b>	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)	Traduz-se em três Planos de Ação (com medidas e metas concretas): i) Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; ii) Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; iii) Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. A nível local têm enquadramento projetos que promovam a integração da perspetiva da Igualdade entre Mulheres e Homens.
	Plano Nacional de combate ao Racismo e à Discriminação 2021-25: Portugal contra o racismo	O PNCRD 2021-2025 tem como objetivo a promoção da igualdade, o combate ao racismo e à discriminação racial considerada, nos termos do artigo 1.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, como «qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública».
<b>Pessoas em situação de sem-abrigo</b>	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030	Organiza-se em torno dos seguintes eixos estratégicos: i) Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de risco ou que vivenciam a condição de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação; ii) Definição e implementação de Sistema Integrado de Alerta e Prevenção do fenómeno das pessoas em situação de risco ou que vivenciam a condição de sem-abrigo que promova uma intervenção precoce; iii) Reforço de uma intervenção promotora da inclusão das pessoas em situação de risco ou que vivenciam a condição de sem-abrigo;

		<p>iv) Coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2025-2030.</p> <p>Operacionaliza-se em planos de ação organizados para os períodos programáticos de 2025-2026, 2027-2030.</p>
<b>Migrantes</b>	Plano Estratégico para as Migrações 2024	<p>É composto por 41 medidas elaboradas num contexto de crise na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), que herdou mais de 400 mil processos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). O Plano divide-se em quatro grandes eixos de atuação: imigração regulada; atração de talento estrangeiro; integração humanista que funciona; reorganização institucional.</p> <p>Este plano de ação visa criar uma abordagem holística e sustentável para a gestão das migrações em Portugal, implementando políticas que garantam uma emigração organizada e eficiente, melhorando a eficácia das instituições estatais envolvidas, desenvolvendo estratégias para atrair profissionais qualificados de outros países, contribuindo para o crescimento económico e para a inovação em Portugal, promovendo a integração dos migrantes na sociedade portuguesa de forma inclusiva e respeitosa, assegurando que seus direitos e dignidade sejam protegidos e reestruturando as instituições responsáveis pela gestão das migrações para melhorar a eficiência, transparência e capacidade de resposta às necessidades dos migrantes.</p>
<b>Adições e Dependências</b>	Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030	<p>Assente em três pilares - Empoderar, Cuidar e Proteger - com o objetivo final de construir comunidades mais saudáveis, com menos problemas associados ao consumo de substâncias psicoativas e a outros comportamentos com potencial aditivo; promover a capacidade de os cidadãos lidarem com os desafios que o quotidiano lhes coloca nos seus vários contextos de vida, de forma a terem uma experiência o mais próxima possível de realização e bem-estar; e, finalmente, uma comunidade saudável, que cuida de todos os cidadãos, facilitando o acesso e o incremento da qualidade das intervenções.</p> <p>Operacionaliza-se em três Planos de Ação: Horizonte 2024, 2025 a 2027 e 2028 a 2030.</p>

#### 4.4.3. INFÂNCIA E JUVENTUDE

	Documento	Operacionalização
Infância e Juventude	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Encontra-se organizada em cinco pilares: i) Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens; ii) Apoiar as famílias e a parentalidade; iii) Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens; iv) Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens e v) Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens.
	Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030	<p>A Garantia para a Infância tem com objetivo prevenir e combater a pobreza e a exclusão social, colocando as crianças e os jovens no centro das suas prioridades, contribuindo também para defender os direitos da criança, combatendo a pobreza infantil e promovendo a igualdade de oportunidades. Foi delineado com o propósito de reduzir, pelo menos, 5 milhões o número de crianças em situação de pobreza, até 2030.</p> <p>A sua atuação baseia-se em sete principais áreas (acolhimento de primeira infância, educação, saúde, habitação, emprego e qualificações, proteção e ação social e igualdade) consideradas fundamentais para a redução da pobreza infantil. Encontra-se estruturado em torno de quatro pilares, composto por 12 objetivos estratégicos, contemplando 76 medidas, da responsabilidade de domínios setoriais diferentes, que se integram e complementam, sem detrimento da possibilidade de ao longo do período de implementação da Garantia para a Infância, e no quadro das avaliações intercalares, poderem surgir outras que permitam melhorar e maximizar os resultados que se pretendem alcançar.</p>
	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	A ENEC visa fortalecer uma cultura de cidadania, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa. tem como objetivos principais: i) Promover o envolvimento dos cidadãos na vida democrática e no exercício dos seus direitos e deveres; ii) Incentivar habilidades críticas e reflexivas, como pensamento crítico, empatia e resolução de conflitos; iii) Promover o respeito e a valorização das diferenças culturais, étnicas e sociais; Incorporar a educação para a cidadania em todos os níveis e áreas de ensino, garantindo que todos os alunos tenham acesso a essa formação; iv) Estimular a participação ativa dos jovens e adultos em processos sociais, políticos e comunitários; e v) Capacitar professores e educadores para que possam ensinar e facilitar discussões sobre cidadania e direitos.

#### 4.4.4. SETOR SOCIAL E INOVAÇÃO

	Documento	Operacionalização
<b>Setor Social e Inovação</b>	Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013), de 8 de maio de 2013	Estabelece um quadro legal para promover e apoiar a economia social em Portugal, definindo a economia social como um conjunto de iniciativas e organizações que visam a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, abrangendo cooperativas, associações, fundações e outras entidades sem fins lucrativos. Os principais objetivos da lei incluem a promoção da Economia Social, o reconhecimento do Valor Social, o Incentivo à Cooperação e o Desenvolvimento Sustentável.
	Conta Satélite da Economia Social (CSES) de 2019-2020	Tem como objetivo mensurar a contribuição económica e social da economia social, que inclui cooperativas, associações e fundações. Principais objetivos: i) Quantificar a contribuição dessas entidades ao PIB; ii) Avaliar o emprego gerado pelo setor; iii) Mapear a distribuição setorial e geográfica dessas organizações; iv) Apoiar a criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da economia social; v) Dar maior visibilidade ao impacto social e económico dessas entidades; vi) Facilitar comparações internacionais seguindo normas globais.

## 5. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

O Plano estratégico de intervenção social do concelho de Viana do Castelo (2021-2025) está estruturado em quatro áreas prioritárias de intervenção que refletem as prioridades identificadas no Diagnóstico Social 2024, as quais se passam a apresentar nos próximos pontos.

Cada uma das áreas estratégicas traduz a finalidade, as estratégias e respetivos objetivos, bem como as medidas/ações prioritárias a desenvolver e resultados esperados.



## 5.1. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

### 5.1.1 ENVELHECIMENTO

O envelhecimento populacional resulta de uma combinação de vários fatores, tais como a diminuição das taxas de natalidade e mortalidade, aumento da esperança média de vida devido a melhorias na saúde e qualidade de vida. Em Viana do Castelo, à semelhança do território nacional, tem-se verificado um decréscimo da população jovem e da população em idade ativa, ao mesmo tempo que se verifica um aumento da população idosa.

De acordo com as conclusões do Diagnóstico Social de 2024, foram identificadas diversas vulnerabilidades que afetam a população idosa. O isolamento social e a falta de mobilidade são problemas frequentes, agravados pela escassez de transportes públicos em freguesias de zonas rurais. A necessidade de respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e cuidados continuados; o desajuste de algumas das respostas sociais existentes face às necessidades das famílias; a falta de respostas de suporte aos cuidadores informais; elevados graus de dependência e comorbilidade associados ao processo de envelhecimento que condicionam o acesso aos serviços e elevadas fragilidades nas redes de prestação de cuidados informais, essenciais na promoção da mobilidade, autonomia e qualidade de vida.

#### Objetivos

As propostas no PDS de Viana do Castelo na área do Envelhecimento da População estão alinhadas com os objetivos definidos pelas estratégias nacionais, nomeadamente com a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) 2017-2025, Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas e Plano de Ação de Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026.

No contexto do concelho de Viana do Castelo, os objetivos nesta área, visam a adoção de uma estratégia dedicada para a promoção da saúde e autonomia dos idosos, incentivando a participação ativa na sociedade e a criação de ambientes que favoreçam a sua inclusão social e bem-estar. Pretende-se, assim, reduzir as doenças nesta faixa etária e adaptar os serviços de saúde às necessidades da população idosa, garantindo que os idosos possam viver com dignidade e independência. Além disso, estas estratégias orientam-se para a promoção de ambientes seguros e adaptados,

minimizando os riscos associados à velhice, como a exclusão social ou a falta de suporte adequado.

Através da monitorização contínua e da investigação sobre o envelhecimento ativo, o objetivo é ajustar as respostas às necessidades identificadas no território e disseminar boas práticas, reforçando a coesão social e a integração dos idosos na comunidade. O PDS de Viana do Castelo baseia-se nestas orientações, com vista a garantir uma intervenção eficaz e coordenada no apoio à população idosa do concelho.

## Ações

As ações delineadas no PDS de Viana do Castelo têm como objetivo enfrentar as vulnerabilidades identificadas no diagnóstico, garantindo uma resposta integrada e adaptada às necessidades da população idosa.

### ▶ Promoção do Envelhecimento Ativo

Elaboração e implementação da Estratégia Local para o Idoso (ELI), que defina um plano, em conjunto com os diversos *stakeholders*, que contenha um conjunto de medidas e ações para a melhoria das condições de vida da população idosa em Viana do Castelo.

Continuação dos programas de envelhecimento ativo nas freguesias, com especial enfoque em atividades físicas, sociais e culturais que incentivem a participação da população idosa, prevenindo o isolamento social e melhorando a qualidade de vida.

Expansão dos centros de convívio nas freguesias a descoberto, é fulcral para proporcionar espaços onde os idosos possam manter-se física e cognitivamente ativos, promovendo o envelhecimento ativo e saudável.

### ▶ Ajuste das respostas sociais

Expansão das vagas ao nível dos Unidades de Cuidados Continuados e em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, com a criação de novas unidades ou a ampliação das existentes, especialmente em freguesias onde há maior carência.

Ajuste das respostas de apoio domiciliário e centro de dia, garantindo que os idosos recebem uma resposta ajustada às suas necessidades particulares. Sugere-se uma

maior flexibilidade nos serviços prestados por essas respostas, que atualmente estão protocolados de forma rígida.

- ▶ Reforço do apoio aos cuidadores informais

Reforço de programas de formação e capacitação para cuidadores informais, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para cuidar de idosos dependentes de forma adequada.

Estabelecimento de respostas temporárias de acolhimento para permitir aos cuidadores informais momentos de descanso ou resolução de questões pessoais, sem comprometer o cuidado dos idosos.

Incentivos para cuidadores informais, reconhecendo o papel vital que desempenham no apoio aos idosos.

- ▶ Melhoria da rede de transportes e redução do isolamento social

Reforço da rede de transportes públicos ou a criação de parcerias com empresas, juntas de freguesia e associações em zonas rurais, assegurando que os idosos têm acesso fácil aos serviços de saúde, sociais e de lazer.

Aposta em projetos intergeracionais que promovam a interação entre jovens e comunidade estudantil com idosos, prevenindo o isolamento e criando laços comunitários mais fortes. Por exemplo, a continuidade das visitas domiciliárias regulares a idosos que vivem sozinhos, fornecendo apoio emocional e identificando necessidades urgentes, em parceria ESE - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).

- ▶ Melhoria da articulação entre organizações

Partilha de boas práticas entre as instituições, promovendo a inovação na prestação de serviços e o aumento da eficiência nas respostas oferecidas.

### 5.1.2 SAÚDE MENTAL

A saúde mental em Viana do Castelo apresenta um quadro que merece a nossa atenção, refletindo uma tendência global de aumento das doenças mentais. O aumento dos internamentos, com pacientes a permanecer no hospital por longos períodos devido

a razões sociais, destaca a falta de respostas adequadas de integração e de apoio. As crianças e jovens, em particular, enfrentam dificuldades significativas de acesso a acompanhamento psicológico regular. À exceção do serviço especializado para crianças vítimas de violência doméstica, não existem outras respostas especializadas com capacidade para prestar um acompanhamento sistemático.

As vulnerabilidades encontradas na região incluem o aumento de doenças mentais em todas as faixas etárias, a escassez de serviços especializados em saúde mental, a sobrecarga dos cuidadores, a insuficiência económica das famílias e a falta de formação sobre psicopatologia entre cuidadores e profissionais.

## Objetivos

As medidas a implementar em Viana do Castelo para a saúde, especialmente na área da saúde mental, serão orientadas por um quadro estratégico que combina as diretrizes nacionais e internacionais, com enfoque para a promoção do bem-estar ao longo da vida. A nível nacional, o Plano Nacional de Saúde 2030 estabelece a prioridade de melhorar a saúde da população, com base em princípios de equidade, participação e centralidade nas pessoas. As diretrizes da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental orientam a reforma dos serviços de saúde mental, através da promoção de uma transição para cuidados comunitários de qualidade. Em Viana do Castelo, significa a possibilidade em apostar num modelo de atendimento integrado que inclua serviços de saúde mental e sociais, especialmente para pessoas com condições mais graves, garantindo o acesso equitativo a cuidados na comunidade.

Para além das referidas, a Comunicação da Comissão Europeia sublinha a importância de um acesso equitativo e a preços acessíveis no acesso a cuidados de saúde mental, incidindo, assim, no plano preventivo, assim como na reintegração das pessoas na sociedade após a recuperação. Em Viana do Castelo, estas orientações traduzem-se em políticas que priorizam a prevenção de doenças mentais, através de um plano de ação para a comunidade geral.

Ao nível do diagnóstico relembre-se que os parceiros sociais identificaram como principais vulnerabilidades a falta de respostas especializadas nos três níveis de prevenção; a dificuldade das famílias na prestação de cuidados aos doentes; fracos recursos económicos das famílias para aceder a diagnóstico/tratamento, estigmatização associada aos quadros de doença mental e as dificuldades de integração social e laboral destas pessoas.

## Ações

As ações delineadas no PDS têm como objetivo enfrentar as vulnerabilidades identificadas no diagnóstico, garantindo uma resposta integrada e adaptada às necessidades da população no domínio da saúde mental do concelho, com o objetivo de melhorar significativamente o panorama da saúde mental em Viana do Castelo, oferecendo o suporte adequado às pessoas que precisam, promovendo uma cultura de cuidado e compreensão junto da comunidade.

### ▶ Aumento de respostas especializadas

Criação de respostas de reforço do trabalho das estruturas existentes, nomeadamente, do sistema nacional de saúde, que proporcionem apoio especializado ao nível da psicologia e psiquiatria e outras especialidades de que os doentes necessitem no âmbito das necessidades inerentes ao quadro de doença mental em causa. Estas respostas poderão ser promovidas por entidades do terceiro setor ou organismos públicos (ex. escolas).

Desenvolvimento de programas de prevenção terciária destinados a públicos específicos (ex. pessoas em situação de sem-abrigo).

### ▶ Capacitação das Famílias

Realização de ações de capacitação para famílias no domínio do acompanhamento à pessoa com doença mental.

Desenvolvimento de programas de competências parentais, de estratégias para lidar com dificuldades emocionais e comportamentais dos filhos, junto dos pais e encarregados de educação, promovendo um ambiente familiar saudável.

### ▶ Diminuição da Estigmatização

Realização de campanhas educativas para a consciencialização sobre a saúde mental na comunidade, visando a redução do estigma e normalização para a procura de ajuda.

Implementação de programas de promoção da saúde mental nas escolas que promovam competências sociais e emocionais, como a gestão emocional, ajudando a prevenir o desenvolvimento de perturbações de saúde mental.

Desenvolvimento de programas destinados a profissionais (ex. agentes educativos), para aquisição de conhecimentos e estratégias no âmbito da psicopatologia, gestão de crises e estratégias de apoio emocional.

▶ Promoção da Inserção Profissional

Promover o reforço da oferta formativa para pessoas com doença mental tendo em vista a inserção no mercado de trabalho.

Criar a figura de “mediador” para acompanhar o processo de (re)inserção profissional.

### 5.1.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE

No seguimento das conclusões apuradas no Diagnóstico Social de 2024, identificam-se as seguintes vulnerabilidades que afetam a população com deficiência e/ou incapacidade e as suas famílias. Verificou-se que a capacidade de respostas sociais é insuficiente, particularmente no que respeita à Intervenção Precoce e Lar Residencial, onde há uma ocupação de 100%. Os cuidadores informais das pessoas com deficiência e/ou incapacidade, estão sobrecarregados e condicionados no acesso a direitos essenciais, como o acesso ao mercado de trabalho, afetando de forma negativa a sua estabilidade económica e financeira do restante agregado familiar.

As organizações a atuar nesta área alertam ainda para a falta de financiamento com que se debatem, quer nas verbas diminutas associadas aos protocolos de cooperação, quer nos poucos recursos para adaptação e construção de equipamentos.

Além disso, a falta de profissionais especializados compromete a prestação de serviços essenciais, tanto na saúde quanto no apoio social. Há também dificuldades no acesso a informações e produtos de apoio, persistem barreiras físicas e de comunicação. Por fim, a baixa empregabilidade contribui para a exclusão social e económica, refletindo uma precária integração profissional das pessoas com deficiência e incapacidade.

## Objetivos

As propostas para a mitigação das problemáticas enfrentadas pela população com deficiência e/ou incapacidade em Viana do Castelo seguem as diretrizes da Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, cujo objetivo central é promover uma sociedade mais inclusiva e acessível. A nível local, Viana do Castelo

deverá continuar a adotar iniciativas como o "Municípios com selo de território inclusivo", criando condições que favoreçam a autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

A manutenção dos Balcões da Inclusão, acompanhando as diretrizes nacionais, também será fundamental para aproximar os cidadãos de serviços essenciais, facilitando o acesso a apoio técnico, social e jurídico. Este conjunto de ações tem como objetivo a garantia e a plena participação das pessoas com deficiência na vida pública e o reconhecimento de Viana do Castelo como um território que se destaca pela inclusão e acessibilidade.

## Ações

As medidas de implementação a seguir identificadas visam a estratégia planeada para a mitigação das vulnerabilidades verificadas na área da população com deficiência e incapacidade, melhorando significativamente o apoio e respondendo às necessidades nesta área de forma mais inclusiva e eficaz.

### ▶ Aumento das respostas sociais adequadas

Aumento da capacidade do número de vagas em Centros de Apoio e Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e em Lares Residenciais para atender à crescente procura e reduzir as listas de espera.

Reforço dos Serviços de Intervenção Precoce para garantir, desta forma, um maior número de profissionais e recursos, visando o atendimento a crianças em fases críticas do seu desenvolvimento e crescimento. Contratação de mais profissionais especializados, incluindo terapeutas, psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais, para garantir um serviço mais eficiente e adaptado às necessidades locais.

Investir em programas de formação contínua para profissionais das estruturas de apoio social, garantindo que estão preparados para lidar com as especificidades de cada caso.

Estabelecimento de protocolos de colaboração, junto de serviços que possam acolher temporariamente pessoas com deficiência e/ou incapacidade, permitindo que os cuidadores tenham momentos de descanso ou tempo para cuidar de questões pessoais.

Reabilitação e/ou construção de espaços físicos adaptados à população-alvo e reforço do investimento ao nível da aquisição de produtos de apoio.

▶ Apoio aos Cuidadores Informais

Fomentar mais programas de formação e apoio psicológico, materializando o aumento da oferta de formações para cuidadores familiares, capacitando-os tecnicamente para a prestação de cuidados a pessoas com deficiência e/ou incapacidade, fornecendo-lhes ainda apoio psicológico e financeiro.

Criação de respostas temporárias de acolhimento ao estabelecer serviços que possam acolher temporariamente pessoas com deficiência, permitindo que os cuidadores tenham momentos de descanso ou tempo para cuidar de questões pessoais.

▶ Promoção da Inclusão Social e Combate à Discriminação

Realização de campanhas de sensibilização destinadas à comunidade para reduzir o estigma associado à deficiência e/ou incapacidade.

Desenvolvimento de programas destinados a profissionais (ex. agentes educativos), para aquisição de conhecimentos e estratégias no âmbito da gestão de comportamentos de crianças e jovens com deficiência e/ou incapacidade.

▶ Reforço de acessibilidades, acesso a informação e produtos de apoio

Capacitação dos serviços ao nível da formação dos profissionais no atendimento a pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Incentivar a melhoria e adaptação das acessibilidades nos serviços da comunidade através da criação do selo “serviços acessíveis”.

Apoio aos bancos de ajudas técnicas existentes, aumentando, junto dos vários *stakeholders*, a disponibilidade de ajudas técnicas, como cadeiras de rodas e outros equipamentos de apoio, facilitando o acesso das famílias a este tipo de recursos.

▶ Promoção da Inserção Profissional

Promover a inclusão profissional, operacionalizando programas de formação e inserção no mercado de trabalho, em colaboração com o setor empresarial local, fomentando a empregabilidade de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Criação da figura de “mediador” para acompanhar o processo de (re) inserção profissional.

## 5.2. FAMÍLIAS E COMUNIDADE

### 5.2.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Em Viana do Castelo, a situação das pessoas em situação de sem-abrigo tem acompanhado a dinâmica nacional, embora com números bastante reduzidos. O aumento de pessoas sem acesso a uma habitação segura e estável no concelho poderá estar relacionado com consumos de substâncias psicoativas e a problemas de saúde mental.

Relativamente às vulnerabilidades com este público alvo, incluem-se as várias dimensões de exclusão social, destacando-se, em primeiro lugar, a falta de conhecimento da comunidade sobre a natureza e complexidade do problema, o que dificulta a criação de soluções eficazes. Além disso, há uma escassez de soluções de alojamento ajustadas e suficientes para as necessidades destas pessoas em Viana do Castelo, uma vez que as estruturas existentes encontram-se frequentemente lotadas e não são adequadas para determinados utentes, dada a complexidade dos seus problemas/comportamentos. A falta de respostas de capacitação, educação, formação e inserção profissional é outro fator importante, pois impede, em alguns casos, que estas pessoas consigam retomar as suas vidas de forma autónoma. Também foram identificadas dificuldades no acesso a cuidados de saúde gerais, essenciais para este tipo de população, que apresenta um quadro de grande vulnerabilidade e, por isso, torna-se necessário acautelar a sensibilidade técnica da intervenção, através do aumento da formação nesta área.

#### Objetivos

As medidas que serão implementadas no âmbito da intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo em Viana do Castelo estão alinhadas com as diretrizes da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2025-2030. Esta estratégia define uma abordagem integrada e coordenada para a inclusão e apoio a esta população.

A estratégia nacional promove ainda a criação de sistemas de alerta e prevenção que permitam intervenções precoces, evitando que pessoas em risco cheguem a uma situação de sem-abrigo. Outro ponto central é o reforço de ações que favoreçam a inclusão, como programas de capacitação e inserção profissional, proporcionando a

estas pessoas, ferramentas para se reintegrarem na sociedade. Por fim, a estratégia também prevê a monitorização constante das medidas, garantindo a sua eficácia e ajustamento contínuo às necessidades identificadas ao longo do tempo.

## Ações

Estabelecidas as vulnerabilidades e necessidades do tratamento para a problemática de pessoas em situação de sem-abrigo, sugere-se que sejam adotadas as seguintes medidas para a mitigação eficaz deste fenómeno social:

- ▶ Aumentar o conhecimento sobre o fenómeno

Realização de campanhas de sensibilização e ações de formação para entidades locais e comunidade, visando a compreensão mais profunda sobre a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo. Desta forma, combate-se a discriminação e capacita-se a comunidade para o contacto com este público-alvo, reduzindo o estigma associado.

- ▶ Plataforma de monitorização do fenómeno

Manutenção do sistema de informação para registo das PSSA na Plataforma AidHound – Sistema de Informação de Gestão de Casos, que permite o acompanhamento e análise periódica da situação das pessoas em situação de sem-abrigo, permitindo o ajustamento nas políticas e estratégias de intervenção de forma individualizada.

Potenciar a articulação entre serviços, através do NPISA de Viana do Castelo, garantindo uma intervenção integrada e coordenada, aumentando a capacidade de resposta às necessidades identificadas.

- ▶ Garantir a eficácia e eficiência na intervenção

Continuar a promover reuniões alargadas do NPISA, de acordo com a calendarização definida em Protocolo e reuniões com o grupo de trabalho restrito.

Assegurar a definição e implementação dos planos individuais de inserção, com base numa avaliação diagnóstica multifatorial.

- ▶ Desenvolvimento de formação técnica dos profissionais

Reforço no investimento na formação de profissionais que lidam diretamente com pessoas em situação de sem-abrigo, assegurando uma abordagem técnica qualificada e atualizada.

- ▶ Fomentar o aumento de soluções de alojamento ajustadas

Criação do Centro de Acolhimento de Emergência Social (CAES), no âmbito da Estratégia Local de Habitação, permitindo que estas pessoas se fixem temporariamente, com condições estáveis e dignas, facilitando uma alavancagem na reintegração social mais eficaz.

Desenvolvimento de novas estruturas de acolhimento com capacidade ampliada e normas para melhor atender às diferentes necessidades da população em situação de sem-abrigo, nomeadamente apartamentos partilhados.

- ▶ Reforçar a capacitação e inserção socioprofissional

Implementação de programas de formação e educação, trabalhando competências socioprofissionais, visando proporcionar autonomia e reintegração social.

- ▶ Reforçar o acesso a cuidados de saúde

Estabelecimento de mais parcerias com os diversos serviços e agentes de saúde para permitir o acesso regular a cuidados médicos e psicológicos para estas pessoas, incluindo campanhas de prevenção.

### 5.2.2 MIGRANTES

O fluxo migratório em Viana do Castelo tem vindo a crescer desde 2011, com um aumento notável nos últimos anos. Em 2023, o concelho apresentou o maior saldo migratório positivo da região do Alto Minho, refletindo a atração de cidadãos estrangeiros devido ao crescimento económico, oportunidades de trabalho, segurança e educação.

A integração desta população tem sido influenciada pela diversidade de nacionalidades, culturas e línguas, criando desafios, tanto para os migrantes quanto para as instituições e autarquias locais. As vulnerabilidades identificadas entre os migrantes em Viana do Castelo resultam em diversos obstáculos que dificultam sua plena integração na sociedade. Uma das principais vulnerabilidades enfrentadas pelos migrantes é a barreira linguística. Muitos, não dominam a língua portuguesa, o que compromete significativamente a sua capacidade de comunicação e limita suas interações com a comunidade local. Esta dificuldade não só impede o desenvolvimento de relações sociais, mas também cria obstáculos no acesso ao mercado de trabalho e a serviços essenciais, como a saúde e a educação. Além disso, uma parte considerável da população migrante desconhece a existência dos serviços de apoio disponíveis, o que agrava a situação. Esta falta de informação resulta em um acesso ineficaz a recursos fundamentais, que poderiam facilitar a sua adaptação e integração no novo ambiente. A superação dessa barreira linguística, é crucial para promover uma integração mais eficiente e inclusiva.

Outro problema significativo é a falta de resposta imediata dos serviços de atendimento, que, em muitos casos, não estão adequadamente preparados para lidar com as necessidades específicas da população migrante. A ausência de formação sobre diversidade cultural dificulta a prestação de um serviço de qualidade e eficaz. Além disso, a complexidade e a lentidão dos processos de regularização dos migrantes geram altos índices de instabilidade nesta população. Para agravar a situação, as dificuldades na articulação entre os serviços locais e a AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) comprometem ainda mais o apoio necessário. Uma coordenação ineficiente entre as entidades torna o processo de apoio à população migrante mais difícil, prejudicando a qualidade e a agilização das respostas essenciais para uma integração plena.

## Objetivos

A estratégia que Viana do Castelo pretende adotar para a integração de migrantes está fundamentada nos princípios estabelecidos no Plano Estratégico para as Migrações 2024, alinhando-se às diretrizes nacionais que procuram uma gestão mais efetiva e humanizada das migrações. Esta abordagem adota uma visão holística, que não apenas visa garantir uma imigração regulada e eficiente, mas também se concentra na atração de trabalhadores estrangeiros com habilidades manuais e técnicas, fundamentais para impulsionar o crescimento económico e a inovação local.

Além disso, a estratégia de Viana do Castelo enfatiza uma integração que respeita os direitos e a dignidade dos migrantes, promovendo a sua inclusão plena na sociedade vianense. A política local do município tem como objetivo garantir que os migrantes se sintam valorizados e apoiados durante o processo de adaptação à nova realidade. Para isso, são implementadas iniciativas que incentivam o diálogo intercultural e a participação ativa dos migrantes nas comunidades locais.

Abordagem que está em consonância com a reestruturação proposta a nível nacional, que procura assegurar um sistema migratório mais ágil, transparente e adaptável às necessidades do país. A implementação de programas de capacitação, acesso à informação e serviços de apoio personalizados são fundamentais para que os migrantes possam contribuir plenamente para a sociedade, criando um ambiente onde todos se sintam integrados e respeitados. Dessa forma, Viana do Castelo posiciona-se como um modelo de integração, promovendo a diversidade e o desenvolvimento sustentável na região.

## Ações

As ações delineadas no PDS para a integração de migrantes em Viana do Castelo visam enfrentar as vulnerabilidades identificadas no diagnóstico, garantindo uma resposta integrada e adaptada às necessidades dessa população. O plano procura melhorar o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, superando barreiras linguísticas e promovendo uma comunicação eficaz. Além disso, enfoca a formação dos profissionais de atendimento para lidar com a diversidade cultural, assegurando um suporte de qualidade. Ao promover o diálogo intercultural e a participação ativa dos migrantes, o PDS não só procura a inclusão plena, mas também promove uma cultura de respeito e valorização na comunidade, contribuindo para um ambiente mais acolhedor e solidário para todos.

- ▶ Apoio ao ensino da língua portuguesa

Reforçar o número dos cursos gratuitos de língua portuguesa em diferentes níveis, com horários flexíveis, para facilitar a comunicação e a integração dos migrantes no mercado de trabalho e na comunidade.

- ▶ Reforçar a capacitação e inserção profissional

A implementação de programas de formação e educação direcionados à inserção no mercado de trabalho devem abranger áreas como competências técnicas, *soft skills* e conhecimento sobre os direitos e deveres do trabalhador, auxiliando os migrantes na adaptação. A criação de parcerias com instituições de ensino e organizações locais pode potencializar esses esforços, garantindo que os cursos oferecidos sejam relevantes e atendam às exigências do mercado.

- ▶ Promoção de parcerias com empresas locais

Criação de incentivos para empresas que contratem migrantes, com programas de formação e estágios específicos para facilitar a sua inserção no mercado de trabalho. Desta forma, contribui-se para o crescimento económico do concelho e a diversificação do mercado de trabalho.

- ▶ Apoio psicológico e de saúde

Criação de redes de apoio psicológico e cuidados de saúde direcionados à população migrante, com especial atenção à saúde mental, apoiando nos desafios do processo de adaptação e, desta forma, garantir o seu bem-estar durante o processo de integração.

- ▶ Desenvolvimento de programas de integração comunitária

Promoção de atividades culturais, desportivas e sociais que incentivem o relacionamento entre a comunidade de acolhimento e os migrantes, incentivando a um ambiente inclusivo.

- ▶ Criação de um guia de serviços em diversas línguas

Desenvolvimento e distribuição de materiais informativos sobre serviços de apoio (saúde, habitação, educação, etc.), traduzidos nas principais línguas de origem dos migrantes residentes, promovendo uma utilização mais eficaz dos serviços públicos por parte dos migrantes, reduzindo as barreiras de acesso.

- ▶ Formação intercultural para funcionários públicos

Disponibilizar formações periódicas aos funcionários municipais e de serviços públicos, capacitando-os para atender adequadamente a população migrante e lidar com a diversidade cultural.

- ▶ Simplificação dos processos de regularização

Implementação de medidas em colaboração com a AIMA e outras entidades para acelerar e desburocratizar o processo de regularização, garantindo tempos de resposta mais rápidos, promovendo uma maior segurança jurídica para os migrantes, e uma integração mais rápida e estável.

Implementação do CLAIM, facilitando o acesso dos migrantes aos recursos e serviços de integração.

### 5.2.3 HABITAÇÃO

Em Viana do Castelo, o mercado da habitação encontra-se sob pressão, com uma oferta de imóveis inferior à procura e preços elevados. A crescente procura por habitações acessíveis, especialmente entre jovens e famílias de classe média, contrasta com a forte concorrência no setor imobiliário.

As políticas públicas têm tentado mitigar esta problemática, mas enfrentam dificuldades no acompanhamento da escalada dos preços e da crescente procura.

Entre as principais vulnerabilidades da habitação em Viana do Castelo, destaca-se a escassez de imóveis acessíveis para a população, que enfrenta dificuldades em encontrar imóveis a preços ajustados à sua realidade económica. Apesar do aumento de reabilitação urbana, existem ainda prédios que se encontram degradados e desocupados, representando uma oportunidade que pode ser utilizada para o mercado

habitacional e para a requalificação urbana. A dificuldade de acesso a crédito e financiamento para a compra de habitação também é um entrave, sobretudo para os mais jovens e famílias com baixos rendimentos.

## Objetivos

O município de Viana do Castelo está a realizar um processo de planeamento integrado que tem como pano de fundo a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e as orientações de política pública em matéria de habitação. A temática da habitação não se esgota por si só, estando associada à atratividade-competitividade do concelho e à sua coesão social e territorial.

A nível Nacional, impossível não referir a aprovação da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH - Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018), da Lei de Bases da Habitação (LBH - Lei n.º 83/2019 e sua regulamentação, através do Decreto-lei n.º 89/2021), do Programa Nacional de Habitação (novembro de 2022) e do Programa +Habitação (Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro), estabelecendo um quadro político e normativo que apela para uma grande responsabilização dos municípios na garantia do direito à habitação para todos.

A Estratégia Local de Habitação (ELH) de Viana do Castelo, tem como base um exercício de planeamento abrangente, orientado para o reequilíbrio entre as dinâmicas do mercado e a intervenção pública na garantia do direito à habitação para todos os segmentos da população. Assim, Viana do Castelo pretende continuar a implementar uma política local de habitação que consiga fazer face aos desafios da habitação no território, esta estratégia está alinhada com as bases estabelecidas na Estratégia Local de Habitação do Município de Viana do Castelo.

O município pretende responder, com urgência, às necessidades habitacionais de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, para famílias e indivíduos que vivem em condições indignas ou que não têm capacidade financeira para assegurar uma habitação adequada. A cooperação institucional, técnica e financeira será essencial para garantir o sucesso destas iniciativas, fortalecendo parcerias entre entidades públicas e privadas.

## Ações

Viana do Castelo pretende colocar em prática uma política habitacional que visa atender às necessidades diversas da sua população, promovendo a inclusão social, crescimento económico e qualidade de vida para todos, através das seguintes medidas:

- ▶ Aprovar a Carta Municipal da Habitação
- ▶ Avançar para a 2ª fase da ELH

Esta segunda fase é marcada por uma forte aposta em incentivos aos jovens e à classe média, para assim, reduzir a dificuldade de acesso à habitação e promover a fixação de pessoas no território;

- ▶ Estímulo à Reabilitação Urbana para Fins Habitacionais

Aproveitamento de edifícios degradados e desocupados, através do incentivo da reabilitação de imóveis em mau estado, aumentando a oferta habitacional em áreas urbanas. Dar continuidade aos incentivos fiscais, através da atribuição de isenções fiscais ou condições financeiras favoráveis para a reabilitação de imóveis.

- ▶ Planeamento Integrado e Atração de Investimento

Integração do Plano Diretor Municipal (PDM) ao garantir que a ELH esteja alinhada com o PDM, por forma a promover a construção de habitações em áreas bem servidas de infraestruturas, mobilidade e serviços.

Articulação com o setor privado de habitação no desenvolvimento de áreas empresariais que contemplem uma oferta habitacional diversificada nas suas proximidades, atraindo trabalhadores e facilitando o acesso a habitação perto dos locais de trabalho.

- ▶ Soluções para Grupos Vulneráveis

Reforço do apoio a programas habitacionais para pessoas em situação de fragilidade e para famílias em situação de carência ou que vivem em condições indignas, através de habitações sociais ou apoio ao arrendamento.

Apoio a pessoas com necessidades específicas, através da criação de soluções habitacionais que respondam às necessidades de pessoas com incapacidade ou deficiência.

## 5.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE

O concelho de Viana do Castelo dispõe de uma rede de serviços para a infância e juventude, incluindo creches, pré-escolar e centros de atividades de tempos livres (CATL), além de agrupamentos escolares que atendem as necessidades educacionais. No entanto, a ocupação destas infraestruturas, nomeadamente as creches, estão, em geral, no limite máximo, mantendo listas de espera permanentes, apesar da existência pontual de vagas noutra tipo de respostas dedicadas a crianças. Existe, por isso, uma necessidade efetiva urgente de aumentar a capacidade de resposta e de melhorar a articulação entre os diferentes tipos de respostas sociais disponíveis. As preocupações incluem a adaptação dos serviços ao contexto atual e à criação de programas para novas problemáticas emergentes, como a saúde mental infantil e a dependência tecnológica.

A insuficiência de vagas nas creches é um problema recorrente, com a procura a ser amplamente superior à oferta, deixando muitas famílias sem soluções adequadas. A falta de respostas sociais durante os períodos de pausa letiva e de atividades de tempos livres é uma limitação sentida nas famílias, particularmente nas famílias das áreas periféricas. Além disso, o número crescente de crianças com necessidades educativas especiais representa um desafio, uma vez que o acesso a terapias e apoio especializado pelo SNS e o Sistema Nacional de Intervenção Precoce é demorado devido às longas listas de espera. Outro fator preocupante é a dependência tecnológica que condiciona as competências sociais e afetivas, limitando o desenvolvimento saudável das relações das crianças. Os parceiros sociais reforçam ainda a importância da capacitação dos profissionais na área da promoção e proteção dos direitos das crianças, tal como, na sensibilização da comunidade educativa para o respeito pela diferença e diversidade cultural.

### Objetivos

A estratégia que Viana do Castelo pretende adotar para a promoção da infância e da juventude, segue os princípios estabelecidos na Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024 e no Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030. Atenta ainda, às políticas concelhias em curso, concretamente, definidas ao nível da Educação e da Saúde.

Procura-se garantir uma intervenção territorial concertada no âmbito da infância e juventude, de acordo com as necessidades identificadas pelas entidades da rede social concelhia.

## Ações

As ações a implementar nos próximos anos pretendem atingir um avanço significativo na abordagem das vulnerabilidades enfrentadas por crianças e jovens em Viana do Castelo, criando um ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento e promoção da inclusão social e a equidade no acesso a serviços.

### ▶ Aumento das respostas

Aumento das vagas em creches através da ampliação de estabelecimentos educativos.

Expansão de respostas de integração de crianças e jovens nos períodos de pausa letiva e tempos livres, especialmente em freguesias com rede de transportes públicos deficitária.

Reforço dos serviços de intervenção precoce para garantir, desta forma, um maior número de profissionais e recursos. Contratação de mais profissionais especializados, incluindo terapeutas, psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais, para garantir um serviço mais eficiente e adaptado às necessidades locais.

Implementação de projetos que reforcem as terapias prestadas pelo serviço nacional de saúde, permitindo um acompanhamento atempado e regular às crianças e jovens.

### ▶ Capacitação

Investir em programas de formação contínua para profissionais da área da infância e juventude capacitando-os para proporcionar respostas de sinalização/acompanhamento ajustadas às necessidades das crianças e jovens.

Desenvolver programas de sensibilização relativos ao respeito pela diferença e diversidade cultural promovendo uma cultura de respeito pelos direitos humanos.

▶ Acessibilidade e Transporte

Melhoria da Rede de Transportes, garantindo que as crianças e jovens freguesias fora da área urbana tenham acesso a escolas e aos diversos centros de atividades.

Implementar medidas de transporte gratuito para crianças e jovens que residem em áreas com dificuldades de acesso às infraestruturas educativas e sociais.

▶ Saúde Digital

Reforço de campanhas e *workshops* de educação para a saúde digital nas escolas para educar crianças e jovens sobre a utilização saudável da tecnologia, promovendo competências sociais e afetivas que ajudem a reduzir a dependência tecnológica.

▶ Promoção de Competências socio afetivas e interpessoais

Reforçar programas de educação informal, que atendam a diferentes idades e necessidades, promovendo a socialização e o desenvolvimento de competências sociais entre crianças e jovens.

Continuar a colaborar com associações locais para oferecer atividades extracurriculares que abordem temas como a cidadania, a cultura e a saúde, integrando crianças de diferentes contextos socioeconómicos.

## 5.4 SETOR SOCIAL E INOVAÇÃO

O terceiro setor, também conhecido como setor não lucrativo, sector social ou economia social, desempenha um papel vital e fortificante na sociedade portuguesa, complementando as funções das entidades públicas e privadas na prestação de serviços básicos e fundamentais a uma grande parte da população, em especial aos mais vulneráveis.

Com um elevado número de organizações espalhadas por todo o território nacional, o terceiro setor impacta quotidianamente e de modo extremamente significativo a sociedade e a economia portuguesas. Se, por um lado, contribui para a coesão social - na medida em que trabalha para garantir que todas as pessoas tenham acesso aos recursos e oportunidades necessários para participar plenamente na sociedade (promovendo a igualdade de oportunidades) - por outro lado, o terceiro setor é, também, um importante gerador de emprego em Portugal - empregando milhares de pessoas em diversas áreas de atividade - e um agente promotor de voluntariado - oferecendo a oportunidade para que cidadãos contribuam ativamente para o bem-estar da comunidade e para a equidade.

A visibilidade deste setor reflete-se, assim, no seu papel não só enquanto ator económico (criação de emprego, prestação de bens e serviços para satisfazer necessidades), mas também enquanto ator político (defesa dos direitos dos indivíduos e mudança de políticas) e social (resposta às necessidades sociais, contribuindo para a inclusão social).

### Objetivos

As propostas no Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Viana do Castelo no setor social e inovação estão alinhadas com a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013), em 8 de maio de 2013 e a Conta Satélite da Economia Social (CSES) pela CSES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, em 14 de abril de 2011.

O setor social enfrenta desafios que têm limitado o seu potencial. A escassez de recursos financeiros, a burocracia excessiva e a falta de reconhecimento pleno da sua importância são obstáculos que muitas organizações sociais em Portugal enfrentam diariamente.

Desde logo, a imagem que têm junto da maioria da população - de setor subsidiado pelo Estado que não gera qualquer riqueza. Mas a verdade é que, como vimos, tem um valor económico muito significativo, para além de toda a riqueza gerada para além da economia.

Por outro lado, não obstante o impacto na criação de emprego, o setor da economia social vive maioritariamente de trabalho precário sendo, por isso, fundamental a valorização do capital humano.

Finalmente, e a propósito de procedimentos, desafios jurídicos resultantes da circunstância de ser um setor fortemente regulado, levando a que os próprios profissionais do setor tenham dificuldades na interpretação e aplicação prática das normas que o regulam.

À semelhança do território nacional, também em Viana do Castelo o setor social se tem revelado uma área crucial para o desenvolvimento sustentável e para a coesão social do concelho.

Nesse âmbito, os diferentes parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS) têm refletido sobre as necessidades e dificuldades do setor social, com o objetivo de potenciar sinergias e promover a qualidade dos serviços prestados pelas diferentes organizações. Da análise aprofundada resultaram dificuldades e necessidades, identificadas pelos membros do CLAS, que se agrupam em três objetivos estratégicos: orientação para o exterior (respeita genericamente a fontes de financiamento, trabalho em rede e divulgação/comunicação externa); capacitação interna (questões relativas à formação e consolidação do capital humano, comunicação interna e otimização dos processos); análise do meio envolvente (monitorização do impacto das intervenções existentes, levantamento de necessidades e desenho de respostas e projetos).

- ▶ Orientação para o exterior

Realização de eventos que visam a diversificação das fontes de financiamento, desenvolvimento de parcerias estratégicas, maior aproximação à comunidade, amplificação e maior visibilidade das organizações.

- ▶ Capacitação interna

Implementação de programas de capacitação e formação dos recursos humanos do terceiro setor para a melhoria da eficácia e qualidade dos serviços a vários níveis: gestão financeira e de recursos humanos; transição digital; gestão de projetos; gestão de equipas; relacionamento interpessoal e comunicação; avaliação de eficácia e de resultados e outras identificadas no levantamento de necessidades.

- ▶ Análise do meio envolvente

Realização de diagnósticos sociais, desenho e implementação de projetos que incluam a avaliação da intervenção, mensuração dos resultados e do impacto, de modo a que as instituições possam ajustar estratégias para garantir que os objetivos das suas iniciativas são alcançados.

# Planos de Ação



CÂMARA MUNICIPAL  
VIANA DO CASTELO



**SAÚDE E  
QUALIDADE  
DE VIDA**



**CÂMARA MUNICIPAL  
VIANA DO CASTELO**

Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Envelhecimento	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025  Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas  Plano de ação de envelhecimento ativo e saudável 2023-2026	1) Promover o envelhecimento ativo	a) Continuação da implementação de programas de envelhecimento ativo com especial enfoque em atividades físicas, sociais e culturais.	Radar Social, CSIF, entidades do 3º setor, associações, município, Juntas de freguesia.	Aumentar a participação dos idosos em atividades físicas, sociais e culturais.	Número de participantes.  Número de Centros de Convívio.  Ata de constituição.
			b) Expansão dos centros de convívio em freguesias a descoberto para esta resposta.		Aumentar o número de centros de convívio no concelho.	
			c) Constituição da ELI.		Implementação da ELI.	
		2) Reforçar, requalificar e inovar nas respostas sociais	a) Elaboração de protocolos de colaboração com ISS.	Radar Social, Entidades do 3º setor, ISS, IIEFP	Reduzir a lista de espera em ERPI e UCC.	Taxa de ocupação.  Número de colaboradores.  Número de utentes com resposta SAD e CD flexível.
			b) Reforço das equipas de intervenção.		Aumentar o número de colaboradores nas diferentes respostas.	
			c) Adaptação das respostas SAD e CD às necessidades individuais dos idosos.		Aumentar o número de utentes com resposta efetiva face às suas necessidades.	
		3) Melhorar a rede de apoio aos cuidadores informais	a) Expandir projetos de apoio aos cuidadores informais, assente na aquisição de competências, atividades de lazer e de redução dos níveis de cansaço.	Radar Social, Município, associações, ULSAM, IPSS, Juntas de freguesia	Aumentar o número de cuidadores apoiados.	Número de cuidadores apoiados.  Número de voluntários integrados.
			b) Promover respostas de prestação de cuidados temporárias alternativas ao cuidador.		Diminuir a sobrecarga e o desgaste emocional dos cuidadores.  Aumentar as competências na prestação de cuidados de saúde.  Aumentar o número de horas de descanso e lazer do cuidador.	

Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Envelhecimento	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	4) Prevenir a solidão e o isolamento social	a) Reforço da rede de transportes.	Radar Social, Município, IPVC, agrupamentos de escolas, juntas de freguesia, município, associações.	Aumentar o número de circuitos para facilitar acesso a bens e serviços.	Número de circuitos.
			b) Criação de projetos de proximidade intergeracional.		Diminuir o número de pessoas em situação de risco ou de isolamento social.	Número de beneficiários dos projetos.
			c) Facilitar o acesso dos idosos às respostas sociais existentes.		Melhorar o bem-estar dos idosos inscritos nos projetos de proximidade.	Valores pré-programa e pós-intervenção.
	Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas	5) Fomentar/reforçar sinergias entre as organizações	a) Criação de Rede de Articulação	Radar Social, Entidades do 3º setor, município	Elaborar de sessões de partilha de boas práticas para a inovação dos serviços prestados.	Número de encontros promovidos.
			b) Desenvolver metodologia de comunicação e articulação interinstitucional e intersectorial		Aumentar da eficiência nas respostas e da comunicação interinstitucional e intersectorial	Número de iniciativas comuns.

Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Saúde Mental	Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial 2022-2030	1) Criar mais respostas na área da saúde mental	a) Criação de centros especializados para pessoas com doença mental.	Radar Social, Entidades do 3º setor, ISS, município. Escolas, ULSAM	Aumento da capacidade de resposta ao nível do tratamento secundário.	Número de respostas criadas.
	Linhas de ação estratégica para a Saúde Mental e o Bem-Estar na Europa		b) Integração de profissionais da área da saúde mental nos diversos contextos da sociedade (ex. escolas).		Aumento da capacidade de resposta ao nível da prevenção terciária.	Número de profissionais especializados.
	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental (2023)	2) Capacitar as famílias no apoio aos doentes	a) Criação de programa de desenvolvimento de competências para famílias	Radar Social, Entidades do 3º setor, associações, município	Aumento de estratégias de inteligência emocional.	Número de sessões realizadas.
			b) Continuação da realizar ações de capacitação para cuidadores.	Radar Social, Entidades do 3º setor, associações, município, ULSAM	Melhoria da qualidade do apoio prestado às pessoas com doença mental.	
	Plano Nacional de Saúde 2030	3) Intervir na estigmatização social ligada à doença mental e na sua prevenção	a) Atividades de sensibilização para a doença mental na comunidade.	Radar Social, Entidades do 3º setor, associações, município, ULSAM	Realização de ações de sensibilização dirigidas à comunidade.	Número de ações realizadas.
	Lei de Saúde Mental 2023		b) Promover programas escolares direcionados para saúde mental.	Radar Social, Escolas, associações, ULSAM, município.	Aumentar a prevenção do desenvolvimento de doenças mentais em crianças e jovens. Capacitar os agentes educativos na gestão dos comportamentos das crianças e jovens com doença mental.	Número de programas implementados.

Saúde e Qualidade de Vida	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
	Saúde Mental	<p>Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial 2022-2030</p> <p>Linhas de ação estratégica para a Saúde Mental e o Bem-Estar na Europa</p> <p>Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa a uma abordagem abrangente à saúde mental (2023)</p> <p>Plano Nacional de Saúde 2030</p> <p>Lei de Saúde Mental 2023</p>	4) Promover medidas facilitadoras da empregabilidade	a) Garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.	Radar Social, IEFP, entidades de formação	<p>Aumento da oferta formativa.</p> <p>Criação da figura “Mediador” para acompanhar o processo de (re)inserção no mercado de trabalho.</p>	<p>Número de formações.</p> <p>Número de mediações realizadas.</p>

Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	1) Ajuste das respostas sociais	a) Elaboração de protocolos de colaboração com ISS.	Radar Social, ISS, juntas de freguesia,	Redução de lista de espera em CACI e em Lares Residenciais.	Taxa de ocupação.
			b) Reforço dos serviços de intervenção precoce.		Aumento do número de profissionais e recursos alocados.	Número de profissionais alocados.
c) Reforço dos espaços necessários para a intervenção com o público-alvo.	Reabilitação/construção de espaços físicos para intervenção com o público-alvo.		Número de espaços reabilitados.			
d) Reforço de produtos de apoio.	Aquisição de produtos de apoio necessários para a intervenção com o público-alvo.		Número de produtos de apoio atribuídos.			
e) Elaboração de protocolos de colaboração com ISS.	Criação respostas temporárias de apoio ao cuidador informal.		Número de respostas criadas.			
		2) Melhorar a rede de apoio aos cuidadores informais	a) Expandir projetos de apoio aos cuidadores informais, assente na aquisição de competências, atividades de lazer e de redução dos níveis de stress.	Radar Social, Município, associações, ULSAM	Aumento do número de participantes no projeto de apoio aos cuidadores informais.  Diminuição do desgaste emocional dos cuidadores.  Aumento das competências na prestação de cuidados de saúde.  Aumento do número de horas de descanso e lazer do cuidador.	Número de participantes no projeto.  Valores pré-programa e pós-intervenção.  Número de cuidadores com novas competências

Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	1) Intervir na discriminação social ligada à deficiência	a) Atividades de sensibilização sobre a deficiência na comunidade.	Radar Social, Entidades do 3º setor, associações, município, ULSAM	Realização de ações de sensibilização dirigidas à comunidade.	Número de ações realizadas.
			b) Promover programas escolares direcionados para a deficiência.		Realização de ações de capacitação dos agentes educativos na gestão dos comportamentos das crianças e jovens com deficiência.	Número de programas implementados.
		2) Eliminar barreiras sociais e físicas em espaços públicos	a) Criação de selo “serviço acessível”	Radar Social, município	Melhoria das acessibilidades nas respostas.	Número de selos entregues.
		3) Promover medidas facilitadoras da empregabilidade	a) Garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.	Radar Social, IEFP, entidades de formação	Aumento da oferta formativa. Criação da figura “Mediador” para acompanhar o processo de (re)inserção no mercado de trabalho.	Número de ações de formação. Número de mediações realizadas.



## FAMÍLIAS E COMUNIDADE



CÂMARA MUNICIPAL  
VIANA DO CASTELO

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Famílias e Comunidade	Migrantes	Plano Estratégico para as Migrações 2024	1) Promover a autonomia e inclusão socioeconómica dos migrantes	a) Reforçar o número dos cursos gratuitos de língua portuguesa em diferentes níveis, com horários flexíveis	Radar Social, Autarquia, estabelecimentos de ensino	Migrantes com competências na língua portuguesa	Percentagem de migrantes que frequentam os cursos de língua portuguesa.
				b) Implementação de programas de formação e inserção no mercado de trabalho	Radar Social, Autarquia, estabelecimentos de ensino	Migrantes qualificados e inseridos no mercado de trabalho	Taxa de empregabilidade dos migrantes.
				c) Criação de parcerias entre o município e as empresas locais	Radar Social, Autarquia, AEVC, empresas locais	Oportunidades de emprego aumentadas para migrantes	Número de parcerias estabelecidas.
			2) Promover o bem-estar físico e psicológico dos migrantes	a) Criação de redes de apoio psicológico	Radar Social, Autarquia, serviços de psicologia, entidades do terceiro setor	Acesso dos migrantes a apoio psicológico	Número de migrantes com apoio psicológico.
				b) Promoção de iniciativas socioculturais, entre comunidade de acolhimento e migrante	Radar Social, Autarquia, entidades do terceiro setor	Interação e integração entre migrantes e a comunidade local	Número de eventos socioculturais.
			3) Facilitar a informação sobre os serviços e o acesso aos mesmos	a) Criação de um guia de serviços em diversas línguas	Radar Social, Autarquia, serviços públicos, entidades do terceiro setor	Redução das barreiras no acesso aos serviços	Número de guias distribuídos.
			4) Capacitar os serviços de atendimento ao público	a) Disponibilizar formações periódicas aos serviços de atendimento ao público sobre problemáticas associadas à migração	Radar Social, AIMA, serviços públicos, entidades do terceiro setor, Juntas de Freguesia	Atendimento ao público informado	Número de formações.
			5) Simplificar o processo de regularização	a) Reforçar os serviços do CLAIM	Radar Social, AIMA, Autarquia, Cáritas	Processo de regularização célere e eficaz	Tempo médio de regularização dos migrantes.

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Famílias e Comunidade	Pessoas em situação de sem-abrigo	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030	1) Promover o conhecimento sobre o fenómeno	a) Criação de campanhas de sensibilização e ações de formação para entidades locais e comunidade	Radar Social, Entidades do NPISA	Realizar campanhas de sensibilização.	Número de campanhas.
			2) Garantir a monitorização do fenómeno	a) Manutenção do sistema de informação: registo das PSSA na Plataforma AidHound – Sistema de Informação de Gestão de Casos	Radar Social, Entidades do NPISA	Atualizar sistema de informação.	Número de registos inseridos.
			3) Garantir a eficácia e eficiência na intervenção	a) Promoção de reuniões alargadas do NPISA e reuniões com o grupo de trabalho restrito.	Radar Social, Entidades do NPISA	Acompanhar e monitorizar os casos.	Número de reuniões.
				b) Definição e implementação dos planos individuais de inserção, com uma avaliação diagnóstica multifatorial.	Radar Social, Entidades do NPISA	Melhorar a qualidade da intervenção.	Número de planos individuais com avaliação.
			4) Promover a qualidade técnica da intervenção	a) Promoção de ações de formação aos profissionais.	Radar Social, Entidades do NPISA, GIMAE	Realizar ações de formação.	Número de ações realizadas.
			5) Fomentar o aumento de soluções de alojamento ajustadas	a) Implementação de projetos para apartamentos partilhados/outras respostas de acesso a habitação	Radar Social, Entidades do NPISA	Criar novas respostas de acolhimento.	Número de projetos implementados. Criação do CAES.
b) Construção do CAES	Radar Social, Município						

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Famílias e Comunidade	Pessoas em situação de sem-abrigo	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030	Disponibilizar soluções de capacitação, educação e formação socioprofissional	Implementação de programas de formação e educação	Radar Social, Entidades do NPISA	Desenvolver programas de formação e educação.	Número de programas realizados.
			Reforçar o acesso aos cuidados de saúde	Estabelecimento de parcerias com serviços de saúde para prevenção e acesso a cuidados médicos regulares	Radar Social, Entidades do NPISA, serviços de saúde	Estabelecer parcerias no âmbito da saúde.	Número de parcerias estabelecidas.

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Famílias e Comunidade	Habitação	Solucionar os problemas habitacionais de pessoas e famílias em situação de fragilidade psicossocial e económica.	Melhorar as condições de habitabilidade das famílias a residir em fogos de habitação municipal; - Aumentar o número de fogos municipais para responder ao aumento da procura de pedidos de habitação social; - Proporcionar resposta adequada às situações habitacionais indignas; - Reabilitação do núcleo precário (AUGI- Área Urbana de Génese Ilegal) da Costeira;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a instrução de candidaturas no âmbito do programa 1º Direito (reabilitação e construção de urbanizações Municipais);</li> <li>- Apoiar os beneficiários diretos na instrução de candidaturas no âmbito do programa 1º direito-PRR;</li> <li>- Realizar obras de conservação e beneficiação ou de melhoria de condições de segurança e conforto em habitações degradadas (RARO);</li> <li>- Gerir os concursos para atribuição de habitação social com base no regime do arrendamento apoiado;</li> <li>- Assegurar a gestão do património habitacional municipal;</li> <li>- Isentar o Pagamento de Taxas Municipais e Outras Receitas de Urbanização e Edificação;</li> <li>- Delimitar as Áreas de Reabilitação Urbana;</li> <li>- Implementar as Operações de Reabilitação Urbana;</li> <li>- Concretizar as estratégias definidas nos vários instrumentos de planeamento municipal;</li> <li>- Rever o PDM do concelho de Viana do Castelo;</li> <li>- Alienar lotes de terrenos municipais para construção própria permanente, através de regras previstas em regulamento próprio;</li> </ul>	Município de Viana do Castelo; - Juntas de freguesia do concelho de Viana do Castelo; - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; - Entidades pertencentes ao CLAS (Conselho Local de Ação Social);	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Reabilitação das urbanizações Municipais;</li> <li>- Construção de novos fogos municipais;</li> <li>-Reabilitação de habitações próprias e permanentes;</li> <li>- Regularização e reabilitação do núcleo precário (AUGI) da Costeira;</li> <li>- Disponibilização de lotes de terrenos municipais com vista à construção de habitações próprias e permanentes;</li> <li>- Disponibilização de habitação a custos controlados;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de fogos intervencionados nas urbanizações municipais;</li> <li>- Número de novos fogos em urbanizações Municipais;</li> <li>- Número de candidaturas instruídas, referentes aos beneficiários diretos;</li> <li>-Número de candidaturas aprovadas, referentes aos beneficiários diretos;</li> <li>- Número de reabilitações concluídas, referentes aos beneficiários diretos;</li> <li>- Número de candidaturas instruídas, referentes ao núcleo precário (AUGI);</li> <li>- Número de candidaturas aprovadas, referentes ao núcleo precário (AUGI);</li> <li>- Número de reabilitações concluídas, referentes ao núcleo precário (AUGI),</li> <li>- Número de Construção de habitações próprias e permanentes</li> </ul>
		Articular a Estratégia Local de Habitação com intervenções de planeamento e gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientar e apoiar socialmente indivíduos e famílias em situação de fragilidade social e económica;</li> <li>- Mobilizar recursos próprios ou comunitários e encaminhar para programas, equipamentos, serviços ou prestações pecuniárias;</li> <li>- Apoio técnico às famílias em processos / procedimentos necessários no acesso aos apoios públicos de habitação;</li> </ul>				
		Adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado habitacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reequilibrar o mercado habitacional promovendo soluções economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos socioeconómicos.</li> </ul>				



# INFÂNCIA E JUVENTUDE



CÂMARA MUNICIPAL  
VIANA DO CASTELO

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Infância e Juventude	Infância e Juventude	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Ajuste de respostas sociais	Elaboração de protocolos de colaboração com ISS.	Radar Social, Agrupamento de escolas, IPSS, município, ISS.	Redução de lista de espera em Creche.	Taxa de ocupação.
				Reforço dos Serviços de Intervenção Precoce		Expandir o número de respostas para os períodos de pausa letiva e tempos livres.	Número de profissionais alocados.
			Aumentar a rede de acessibilidade	Reforço da rede de transportes.	Radar Social, Município	Aumentar o número de circuitos.	Número de circuitos.
				Comparticipação de serviços de transporte		Aumentar o recurso a transportes públicos de acesso aos serviços.	
		Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030	Melhorar o acesso aos serviços de saúde	Implementar projetos de reforço ao nível da saúde.	Radar Social, Agrupamento de escolas, IPSS, município, ISS, ULSAM.	Aumentar o acesso a respostas terapêuticas	Número de projetos.
		Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	Capacitar a comunidade escolar	Desenvolver ações de capacitação, direcionadas aos profissionais no âmbito da proteção dos direitos das crianças.	Radar Social, Agrupamento de escolas, IPSS, município, ISS.	Aumentar a capacidade de reconhecer e diligenciar o acompanhamento ajustado às necessidades das crianças.	Número de ações.
				Promover programas escolares sobre diferença e diversidade cultural.		Diminuir ocorrências de <i>bullying</i> e de desrespeito pelo outro.	
			Prevenir a dependência de tecnologias	Implementação de campanhas e workshops de educação para a saúde digital.	Radar Social, Agrupamento de escolas, IPSS, município, ISS.	Diminuir a dependência tecnológica.	Número de campanhas implementadas.

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Infância e Juventude	Infância e Juventude	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Promover competências socio afetivas interpessoais	Expandir projetos de educação informal.	Radar Social, Agrupamento de escolas, IPSS, município, ISS.	Aumentar a capacidade de respostas ao nível da educação informal.	Número de projetos.
		Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030  Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	Capacitar as famílias ao nível das competências parentais	Criação de programa de competências parentais	Radar Social, Entidades do 3º setor, associações, município	Aumento de estratégias de inteligência emocional.	Número de programas.



## SETOR SOCIAL E INOVAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL  
VIANA DO CASTELO

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Setor Social e Inovação	Setor Social e Inovação	Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013), em 8 de maio de 2013  Conta Satélite da Economia Social (CSES) pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, em 14 de abril de 2011.	<p>Orientação para o exterior</p> <p>1. Potenciar a sustentabilidade financeira das instituições;</p> <p>2. Maior aproximação à comunidade, potenciando a visibilidade e valorização do setor;</p> <p>3. Maior aposta no marketing, divulgação e comunicação com o exterior;</p> <p>4. Potenciar o trabalho efetivo em rede.</p>	<p>a) Mês social: - Gala da economia social - Bootcamp - Atribuição de 'selos de reconhecimento' (stakeholders)</p> <p>b) Dinamização do grupo de trabalho 'setor social e inovação': espaço de reflexão conjunta como forma de potenciar o papel das Instituições enquanto atores económicos (gestão de bens, serviços e pessoas), políticos (políticas públicas e financiamento de acordos e protocolos) e social (resposta a necessidades)</p>	Radar Social, Instituições sociais, Município, Segurança Social, Parceiros	<p>Robustecimento do financiamento (público e privado)</p> <p>Maior reconhecimento e valorização do setor pela sociedade</p> <p>Trabalho em rede efetivo e eficaz</p>	<p>Eventos realizados;</p> <p>Nº de reuniões de trabalho;</p> <p>Alterações efetiva sem políticas públicas</p>
			<p>Capacitação Interna</p> <p>1. Promover a capacitação e formação de recursos humanos;</p> <p>2. Estruturar estratégias para retenção de talentos adaptadas ao setor;</p> <p>3. Promover a supervisão das intervenções;</p> <p>4. Potenciar a comunicação interna;</p> <p>5. Potenciar a digitalização de processos e documentos.</p>	<p>a) Programa estruturado de capacitação conjunta dos Recursos Humanos (programas de formação e/ou supervisão): - gestão financeira e de recursos humanos - transição digital - gestão de projetos - gestão de equipas - relacionamento interpessoal e comunicação - avaliação de eficácia e de resultados - (outras identificadas no levantamento de necessidades)</p>			

	Áreas prioritárias	Planos estratégicos	Objetivos	Ações	Intervenientes	Metas	Indicadores de avaliação
Setor Social e Inovação	Setor Social e Inovação	Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013), em 8 de maio de 2013	Análise do meio envolvente	a) Levantamento estruturado das necessidades e potencialidades do meio envolvente	Radar Social, Instituições sociais, Município, Segurança Social, Outras entidades de financiamento, Entidades privadas	Processos de levantamento de necessidades e avaliação estruturados	Dossier final de necessidades
		Conta Satélite da Economia Social (CSES) pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, em 14 de abril de 2011.	1.Potenciar a avaliação da intervenção (avaliação da mudança, de resultados e de impacto);  2.Potenciar o desenho de projetos a partir de diagnósticos de necessidades estruturados  3. Reforçar respostas manifestamente insuficientes	b) Desenho de projetos e/ou robustecimento de respostas pré-existentes no âmbito de medidas de financiamento (nacionais e comunitárias) ou propostas inovadoras			

## 7. AVALIAÇÃO DO PDS DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

A avaliação do PDS de Viana do Castelo constitui uma condição indissociável da execução do mesmo, dado que os objetivos traçados e as ações a implementar têm de ser continuamente monitorizados, num processo dinâmico de ajuste às mudanças observadas na realidade social do concelho, tendo em vista o alcance das metas delineadas.

No campo da intervenção social, a construção de instrumentos de acompanhamento e monitorização das ações no terreno permite identificar dificuldades e oportunidades, num exercício constante e transversal de definir estratégias, criar/reforçar parcerias, rentabilizar recursos, que conduzam a práticas que resultem no maior impacto social possível.

O Plano de Ação do Radar Social que emana no PDS constituirá um instrumento valioso no processo de monitorização constante das atividades e reajustes no seu planeamento. Sendo que, através do Radar Social, o sistema de avaliação será reforçado nos critérios da eficácia, eficiência e medição do impacto, pois os indicadores de avaliação e as fontes de verificação serão mais robustos e sustentados em mecanismos de georreferenciação, quer dos públicos-alvo, quer das respostas sociais envolvidas em cada ação.

Assim, a metodologia empregue no processo de avaliação do PDS congrega o olhar atento do Núcleo Executivo do CLAS que, imbuído da exigência de implementação das ações, regularmente, procederá à comparação entre o planeamento e a execução concreta das atividades. A monitorização pela Equipa do Radar Social, cujas responsabilidades passam por aferir níveis de concretização, num exercício permanente de atualização diagnóstica da realidade social local e de agregação dos indicadores do impacto causado pela intervenção. Em conjunto, e cientes das dinâmicas, conhecimentos e sinergias entre os agentes sociais, o CLAS e a Equipa do Radar Social, tornar-se-ão um polo agregador dos dados sociais do concelho, que sustentem a implementação das ações previstas ou o seu reajuste, em tempo útil, sempre numa ótica de alcançar impacto social, traduzindo-se numa resposta adequada às necessidades da população do concelho. Neste processo contínuo de avaliação e intervenção, espera-se também identificar as ações com maior potencial de

disseminação do valor social criado após a sua implementação, sempre numa ótica deste valor social ser multiplicado, com a melhor gestão de recursos possível.

Deste modo, o processo de avaliação está organizado por alguns critérios considerados como particularmente importantes nas avaliações de intervenções para o desenvolvimento<sup>1</sup>, a saber:

- ▶ **Relevância e Coerência:** avalia a adequabilidade dos objetivos definidos no PDS face às necessidades e áreas prioritárias identificadas, em sede de diagnóstico. Foca a avaliação da coerência e adequação entre objetivos, ações e resultados/metasp previstas.
- ▶ **Eficiência:** centra-se na avaliação da relação entre os efeitos produzidos pela ação e os recursos mobilizados.
- ▶ **Eficácia:** avalia a contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDS, ou seja, em que medida os objetivos foram atingidos, ou se espera que sejam alcançados.
- ▶ **Impacto:** centra-se na avaliação dos impactos produzidos pela implementação do PDS, ou seja, em que medida as ações e/ou projetos desenvolvidos provocaram mudanças positivas ou negativas, intencionais ou não.
- ▶ **Sustentabilidade:** avalia a probabilidade de continuidade dos benefícios produzidos pelo PDS após o seu término.

Por último, de destacar que a realização dos documentos estratégicos: Diagnóstico social, PDS e o Plano de Ação do Radar Social, resultou da adoção do modelo participativo, sendo que a avaliação do PDS se norteia pela mesma linha.

---

<sup>1</sup> Com base nos critérios de avaliação da OECD (OECD, Evaluating Development Cooperation, 2nd Edition, p. 13-14).



CÂMARA MUNICIPAL  
VIANA DO CASTELO

#### CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Passeio das Mordomas da Romaria  
4900-877 Viana do Castelo  
T. (+351) 258 809 300  
[www.cm-viana-castelo.pt](http://www.cm-viana-castelo.pt)  
[cmviana@cm-viana-castelo.pt](mailto:cmviana@cm-viana-castelo.pt)